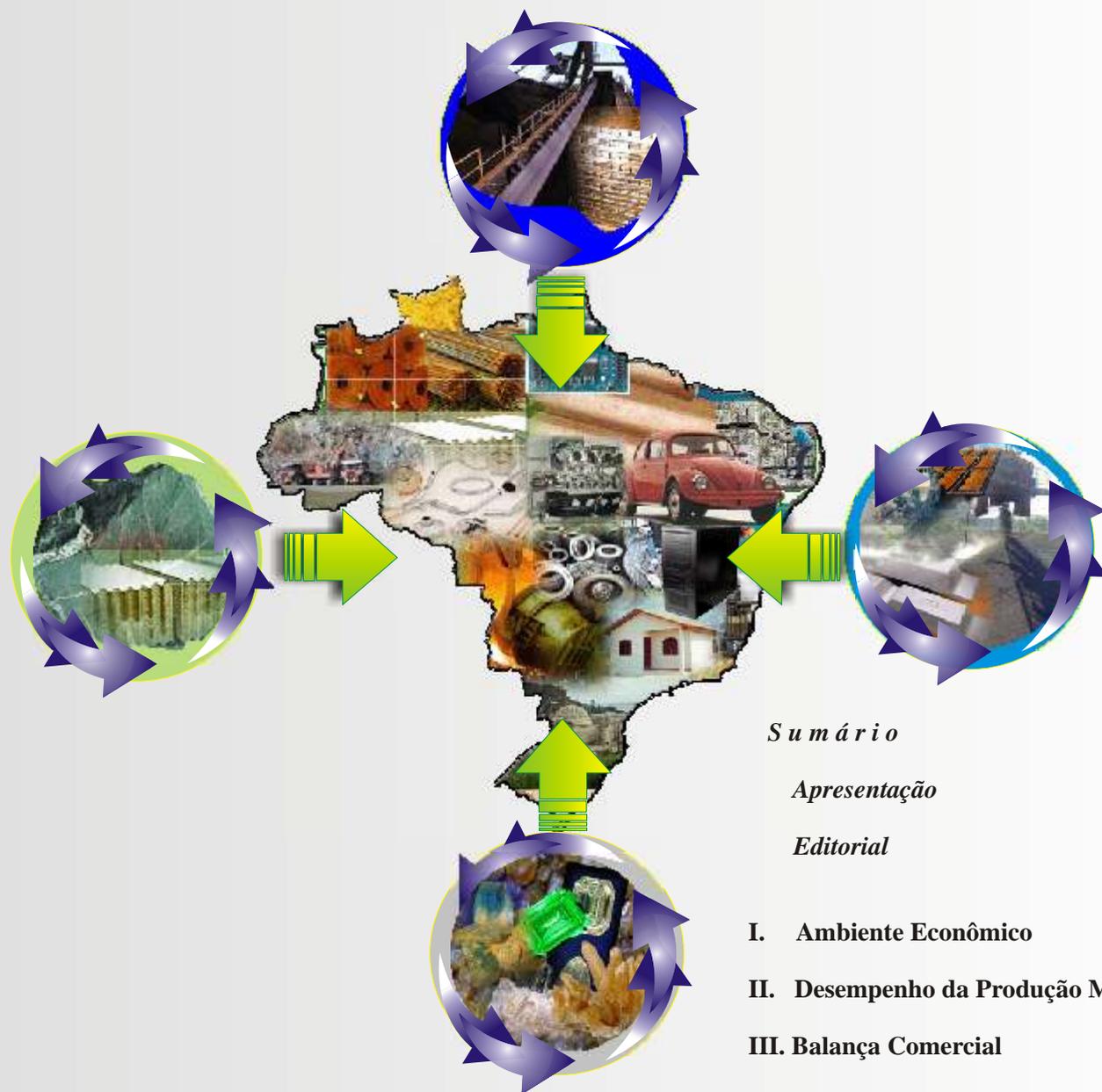


Informe Mineral

Desenvolvimento & Economia Mineral

1º Semestre 2006

ISSN 1807-0388



Sumário

Apresentação

Editorial

- I. Ambiente Econômico
- II. Desempenho da Produção Mineral
- III. Balança Comercial
- IV. Destaque
- V. Índice de Preços



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro de Estado

SILAS RONDEAU C. SILVA

Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral

Secretário

CLAUDIO SCLiar

Secretário Adjunto

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

Departamento Nacional de Produção Mineral

Diretor-Geral

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

Diretor-Geral Adjunto

JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO

Chefe de Gabinete

PAULO GUILHERME TANUS GALVÃO

Unidade Executora

Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral

Diretor

ANTONIO FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

Diretor Substituto

Kiomar Oguino

Diretoria de Fiscalização

Diretor

WALTER LINS ARCOVERDE

Diretoria de Outorga e Cadastro Mineiro

Diretor

ROBERTO DA SILVA

Diretoria de Planejamento e Arrecadação

Diretor

MARCO ANTONIO VALADARES MOREIRA

Diretoria de Administração

Diretor-Substituto

ELINGTON DE BARROS SOARES

Procuradoria Jurídica

Procuradora-Geral

ANA SALETT MARQUES GULLI

Auditoria Interna

Auditor-Chefe

MARLON JORGE T. CUTRIM

Assessor de Tecnologia da Informação

RINALDO LISBOA ACCIOLY

Assessor Técnico - DIRE

PAULO RIBEIRO DE SANTANA

APRESENTAÇÃO

O **Informe Mineral - Desenvolvimento & Economia Mineral** faz parte dos Estudos de Planejamento para o Setor Mineral - Ação do Programa de Gestão de Política Mineral, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME, inserido na concepção do PPA 2004-2007: *Brasil - Um país de todos*.

Ao DNPM compete o levantamento e sistematização dos indicadores estatísticos (SisMine) mínero-econômicos do País, condição *sine qua non* à análise dos mercado de *commodities* minerais e sua inserção nas economias nacional e internacional.

Na **Seção Destaque** dessa 1ª Edição do Informe Mineral – 2006, o artigo *DNPM: Desempenho Institucional-2005*, procura consolidar em série histórica o desempenho do setor mineral e institucional da Autarquia, resultados direto do processo de modernização do DNPM refletidos na evolução de títulos de direitos minerários e arrecadação de CFEM e Taxa anual por Hectare (TAH).

Enfim, o **Informe Mineral - Desenvolvimento & Economia Mineral**, é parte integrante da Série de Estudos de Política e Economia Mineral da Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Mineral – DIDEM, com periodicidade semestral, que consolida indicadores estatísticos e espelha o desempenho dos principais segmentos da Economia Mineral do País. Por oportuno, reitera-se aos cidadãos-usuários do Sistema MME que os estudos DIDEM-DNPM encontram-se disponíveis para consulta e *download* no Portal-DNPM: <http://www.dnpm.gov.br>

Antônio Fernando da S. Rodrigues
Diretor - DIDEM

INFORME MINERAL 2005

Publicação

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

Setor de Altarquias Norte – Quadra 1, Bloco B

70041-903 – Brasília, DF – Brasil

Internet: <http://www.dnpm.gov.br>

Elaboração e edição

Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral – DIDEM

E-mail: didem@dnpm.gov.br

Antonio Fernando da Silva Rodrigues, *Geól., MSc*

Diretor

Grupo de Economia Mineral

Líder do Grupo: Geól. Kiomar Oguino

Econ. Telma Monreal Cano

Econ. Erick Elysio Reis Amorim

Econ. Luciano Ribeiro da Silva

Colaboradores

Alencar Moreira Barreto - Arte/Capa

Isabel Carvalho - Jornalista

Alcebíades Lopes do Sacramento

Maria do Carmo Ramos dos Santos



SUMÁRIO

Apresentação	01
Editorial	03
I. Ambiente Econômico	04
II. Risco Brasil	08
III. Balança Comercial Brasileira	10
IV. Desempenho da Produção Mineral Brasileira	14
V. Destaque: DNPM - Desempenho Institucional 2006	18

CRESCIMENTO ECONOMICO

Política Mineral - Avanços significativos para o setor

Miguel Antonio Cedraz Nery, DSc
Diretor -Geral do DNPM

Ao longo do atual governo, no âmbito do setor de geologia e da mineração, consolidaram-se programas e ações estruturantes, fundamentais para a retomada do crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável do país. No plano internacional, constata-se uma flagrante escassez de matéria prima mineral nos mercados, por exaustão de jazidas ou limitação das unidades produtivas em ofertar e atender às demandas crescentes da indústria de transformação. A China anuncia formação de reservas estratégicas de minerais com o objetivo de não sofrer estrangulamento de suprimento no futuro, particularmente em relação a urânio, cobre, alumínio, manganês, tungstênio, ferro e carvão.

A escassez de bens minerais ofertados proporciona à indústria extrativa mineral um momento especial, com alta generalizada dos preços das principais commodities nas bolsas, proporcionando alta rentabilidade para o setor. O quadro atual contribui para que se estabeleça um clima de autoconfiança dos agentes econômicos do setor. Nos países do chamado “primeiro mundo”, os fundos de pensão adicionam a seus portfólios de investimentos as commodities minerais.

A alta rentabilidade resulta em alta atratividade, trazendo fluxos de investimento para a mineração, particularmente dirigidos para países em desenvolvimento e com economias estáveis. No mercado de commodities minerais do Brasil, observa-se confortável posição como provedor de minério de ferro, nióbio, tântalo, gemas etc., além de projetar-se como grande *player* no mercado mundial de cobre e níquel, com a mina de Sossego e 118 (Cu) e as jazidas de Vermelho e Onça-Puma (Ni).

Em 2005, o PIB mineral brasileiro cresceu 10,9% e a atratividade média do setor girou na casa de 30%. No compasso do atual *boom* da economia mineral internacional, a brasileira, brilha com o excelente desempenho do PIB Mineral (incluindo-se petróleo e GNP), com índices da ordem de 2,8% (2003); 4,3% (2004) e 10,9% (2005), acompanhando a tendência de expressivo crescimento das economias da Índia e China.

Nesses anos de governo, implantou-se uma política mineral, obtendo-se avanços significativos para o setor, mas ainda se torna necessário que sejam articuladas transversalidade no contexto de outras políticas públicas, como a industrial, de infra-estrutura, habitacional, agrícola, ambiental, dentre outras, com vistas à potencialização do crescimento sustentável para toda a sociedade. É importante também que se criem condições para que o setor de geologia e mineração contribua efetivamente com a inclusão social, a redução da pobreza, com o combate à fome e déficit habitacional, com a diminuição das desigualdades e no desenvolvimento social do País.

Diversos são os indicadores de avanço econômico do setor mineral. Avançou-se no processo de democratização do acesso ao subsolo, mas, para implementar essa visão, faltam os recursos necessários. Intensificar ações efetivas de extensionismo mineral, de apoio aos pequenos mineradores e populações de baixa renda, vinculados à atividade mineral.

O setor de geologia e mineração tem dado grande contribuição ao País. As ações são positivas, com o MME tendo uma ação fundamental na reestruturação da SGM, DNPM e CPRM, se constituindo uma prioridade na ação de governo, particularmente para a superação da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

ECONOMIA MINERAL BRASILEIRA

Cadeia de Valor da Produção

Setor Primário

Mineração

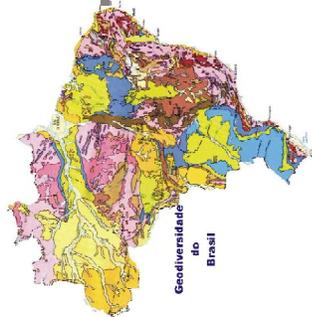
Setor Secundário

Indústria-Transformação & Intermediária

Final

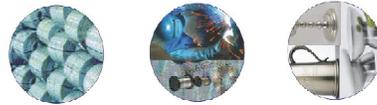
Setor Terciário

Mercado



Beneficiamento

US\$ 84,2 bilhões
(US\$ 36 bilhões)
(IND. EXTRATIVAS, M.)



RECURSOS MINERAIS EXTERNOS



▲ = +15%
2005-2004

▲ = +35,8%
2005-2004



1) Base Mineral: US\$ 11 bilhões
2) Setor Primário, Mineração: US\$ 84,2 bilhões
* Paralelo: DNEP, Canada, etc.



Trade = US\$ 7,4 bil. Mineração (2005)
US\$ 6,5

FLUXO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
Tin-Flow of International Trade

2004: US\$ 42,3 bi
2005: US\$ 53,4 bi
▲ = +26,2%

Fonte: DNPV; DIDEM; SECEX-IDIC; IBGE; BACEN, 2006.



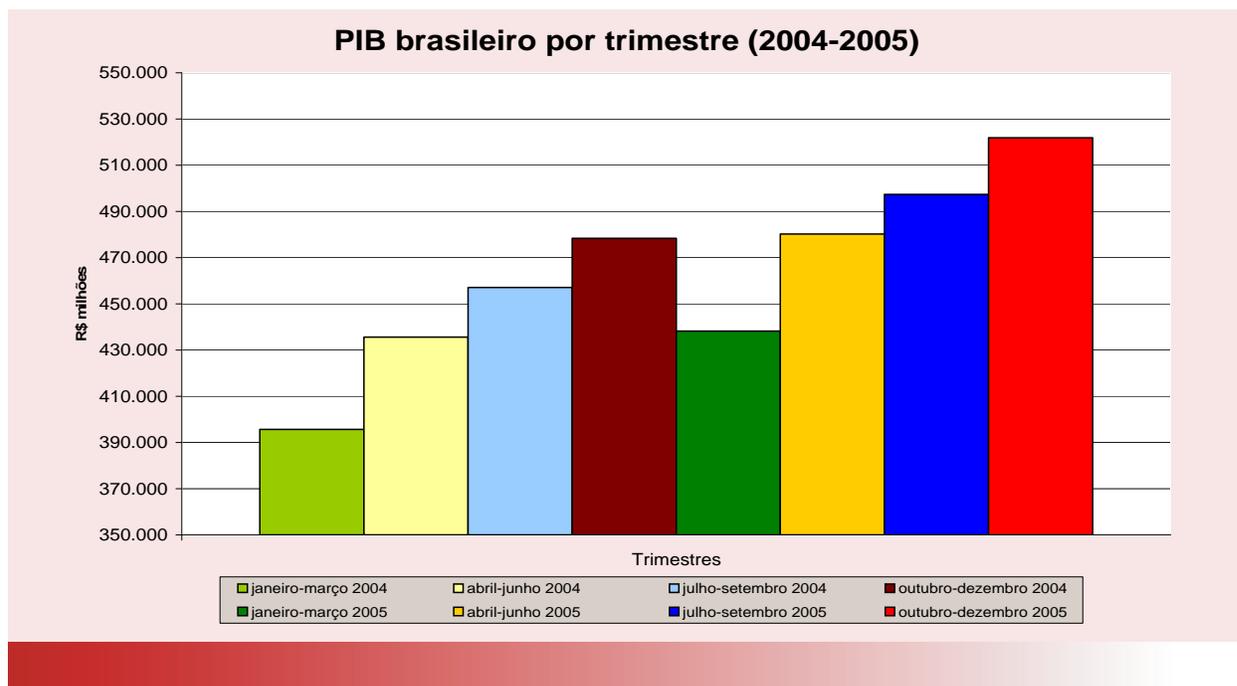
I. AMBIENTE ECONÔMICO

Em 2005, o país sofreu um necessário ajuste monetário que elevou os juros novamente. Conforme divulgado pelo Banco Central, a SELIC efetiva anual em janeiro de 2005 foi de 13,8% e fechou dezembro com 19,0%. Esta política, embora tenha assegurado o controle da inflação, resultou numa taxa real de crescimento não muito expressiva: 2,53% contra os 4,9% de 2004. Em função disto, a taxa de desemprego recuou, ficando em 8,3% em 2005, uma queda de 1,6 ponto percentual em relação ao ano anterior.

As reduções da taxa SELIC, a partir da reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de setembro de 2005, decorreram da tendência descendente das taxas de inflação (esperadas e efetivas) resultante da valorização da taxa nominal de câmbio, da queda de preços dos alimentos, da estabilidade no nível de atividade e do nível de investimento moderadamente elevado observado em 2004. Já a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é o encargo básico cobrado pelo BNDES, foi

mantida em 9,75% durante todo ano de 2005. Com base nos números divulgados pelo IBGE para as Contas Nacionais, constata-se que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2005 foi afetado negativamente pela desaceleração dos investimentos industriais e rurais. Por outro lado, o consumo das famílias foi o maior responsável pela taxa de expansão alcançada, porquanto cresceu em função do aumento da massa salarial e do melhor acesso ao crédito. Neste contexto, a indústria extrativa mineral ampliou-se em 10,9% devido, principalmente, à manutenção dos preços altos das *commodities* minerais derivadas do *boom* minero-econômico internacional, enquanto a indústria, a agropecuária e o setor de serviços cresceram, nesta ordem, 2,5%, 0,8% e 2,0%.

Importa destacar que, para 2006, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) prevê resultados melhores, com as seguintes taxas de crescimento: PIB (3,8%), indústria (5,3%), agropecuária (2,5%), serviços (2,7%) e indústria extrativa mineral (10,7%).



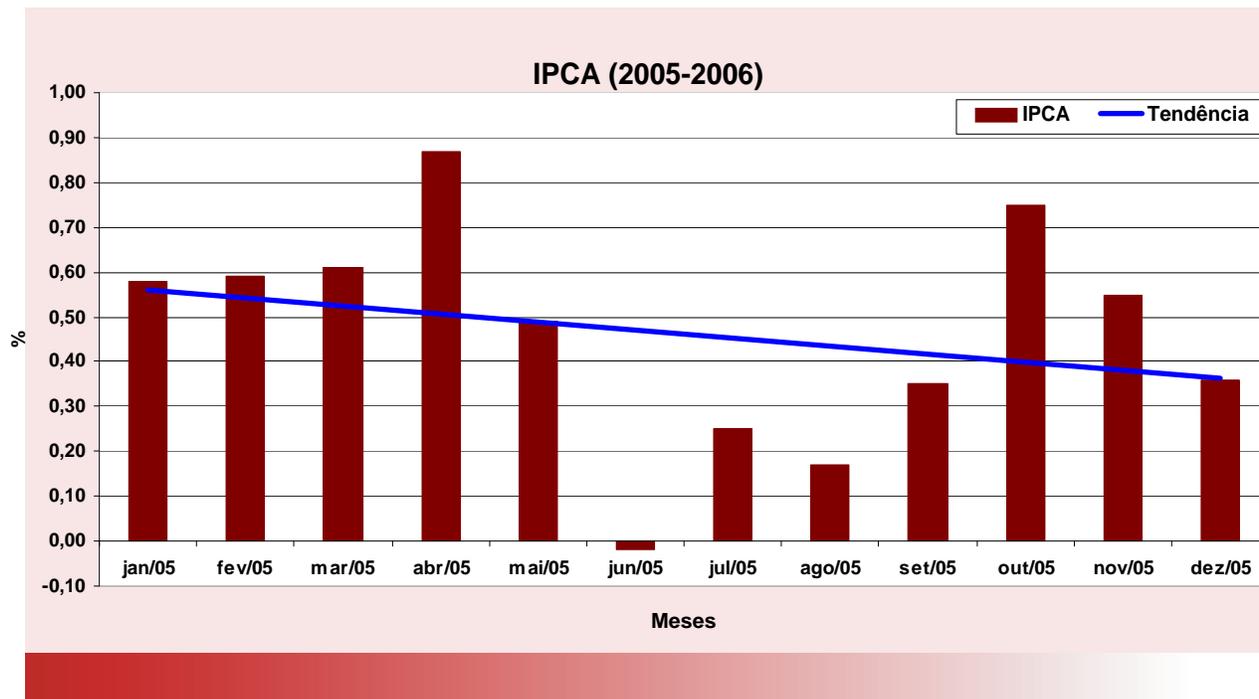
O IPCA (índice de preços calculado e divulgado pelo IBGE) fechou 2005 com uma variação acumulada de 5,7%, mantendo uma trajetória contínua de arrefecimento desde 2003 e ficando perto do centro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 4,5%. A diferença de 1,2% foi a menor entre o IPCA anual e o centro da meta desde o início do regime de metas de inflação em 1999. Já a variação do IGP-M, que reflete melhor a realidade do mercado financeiro, ficou em apenas 1,2%. A média e a variação acumuladas dos últimos três anos do IGP-M foram 7,34% e 23,68%, enquanto para o IPCA foram 7,52% e 24,3%.

A oferta de crédito, de acordo com os últimos Boletins de Conjuntura propalados pelo IPEA, refreou sua expansão ao longo de 2005 nos segmentos de crédito pessoal, recursos livres, concessões do BNDES e de recursos direcionados. Porém, observou-se que o maior volume de financiamentos aos setores habitacional e rural compensou a queda no ritmo de crescimento dos empréstimos do BNDES parcialmente, assim como a desaceleração das concessões à pessoa física foi praticamente anulada pelo avanço das mesmas à pessoa jurídica.

Conforme demonstram as estatísticas do Tesouro Nacional e do Banco Central, a política

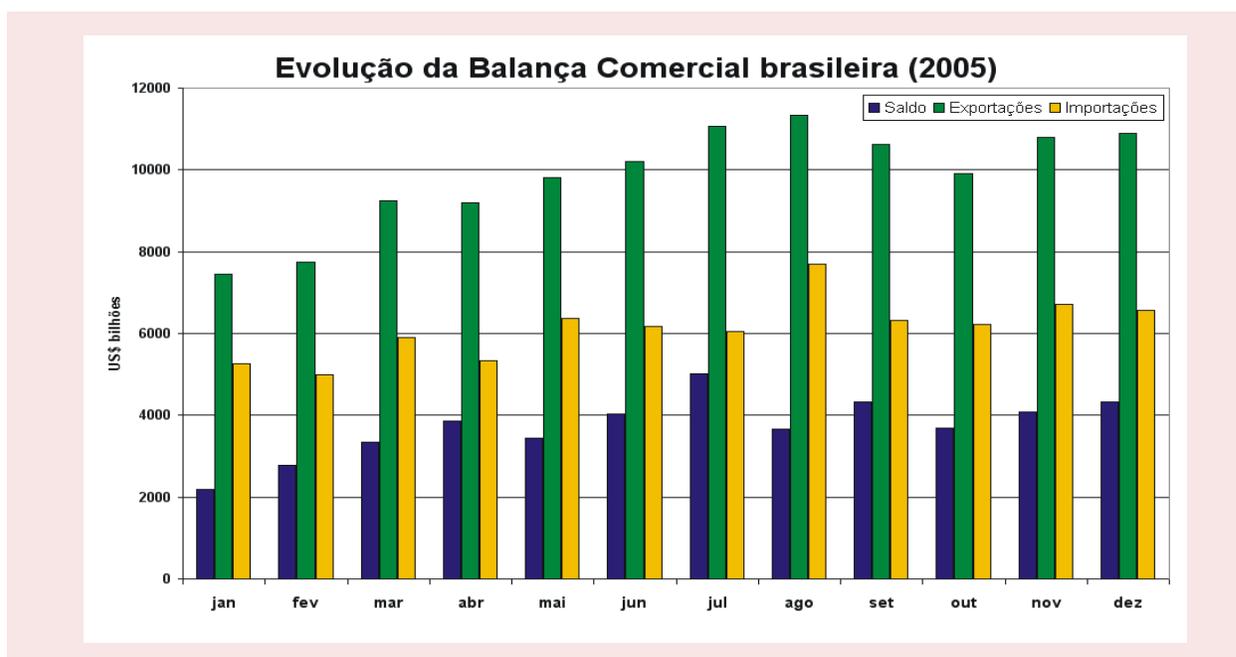
fiscal em 2005 continuou com a austeridade dos últimos anos para mitigar as necessidades de financiamento do setor público (NFSP). Todavia, mesmo com o superávit primário expressivo de R\$ 93 bilhões (4,84% do PIB), R\$ 11 bilhões acima da meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), as elevadas taxas de juros resultaram no aumento recorde de R\$ 140,9 bilhões na dívida interna em títulos do Governo Federal. A despesa com o pagamento de juros praticamente triplicou em relação a 2004, sendo a maior responsável pelo acréscimo do estoque, que alcançou o nível recorde de R\$ 979,66 bilhões (51,6 % do PIB). O endividamento em títulos teve um crescimento de R\$ 169,4 bilhões porque, além do impacto dos juros, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 28,5 bilhões. Em 2004, a dívida avolumou-se em R\$ 78,83 bilhões, dos quais R\$ 53,37 bilhões foram gerados pelo pagamento de juros.

Não obstante o bom resultado da Receita Previdenciária, que chegou a R\$ 115,897 bilhões (aumento real de 7,23% em relação a 2004), houve um déficit recorde de R\$ 37,57 bilhões. Importa destacar que o resultado foi influenciado ainda pela melhora do mercado formal de trabalho e pela adoção de medidas para aperfeiçoar os controles de arrecadação, de recuperação de créditos e de pagamento de benefícios.



O período entre 2003 e 2005 registrou um avanço historicamente notável da atividade mercantil global, consubstanciado em dos ciclos mais favoráveis ao crescimento em décadas. Neste contexto, o comércio exterior brasileiro – com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco Central (BC)– registrou o melhor desempenho de sua história em 2005, a despeito do câmbio e das condições de financiamento pouco favoráveis. As exportações atingiram o valor recorde de US\$ 118,3 bilhões, crescendo 22,6% com relação ao ano anterior e superando, pelo terceiro ano consecutivo, a taxa do comércio mundial, que teve um acréscimo de 14% em 2005.

A elevada liquidez no mercado cambial e as exportações em ascensão, que produziram reservas internacionais líquidas de, aproximadamente, US\$ 53 bilhões no final de 2005, tornaram possível a aquisição de US\$ 35 bilhões pelo Tesouro Nacional e pelo BC ao longo do ano. Com estas divisas, o Tesouro praticamente eliminou a parcela da dívida interna corrigida pelo câmbio, quitou os débitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em dezembro e anunciou que abaterá um montante de US\$ 2,8 bilhões da dívida externa nos próximos dois anos. No total, o endividamento externo brasileiro encolheu cerca de US\$ 21,4 bilhões no triênio 2003-2005.



em 2005. Por conta disto, a participação do Brasil nas exportações globais cresceu de 1,06%, em 2004, para 1,13%. O desempenho dos bens manufaturados (mais elaborados e que trazem mais divisas ao país por unidade vendida) foi um dos destaques no resultado da balança comercial. As importações também seguiram um ritmo sustentável, contabilizando US\$ 73,5 bilhões em 2005, contra US\$ 62,8 bilhões registrados no ano anterior, representando uma ampliação de 17,1%. Convém destacar que 72,2% do total importado referem-se a bens intermediários e bens de capital, ou seja, itens atrelados à dilatação da atividade produtiva.

Este movimento de pagamento antecipado serve, em tese, para depreciar o câmbio sem tornar necessárias intervenções explícitas do Banco Central.

II RISCO BRASIL

O banco norte-americano JP Morgan calcula, desde 1992, a principal estatística de risco-país: o Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+), ou Índice dos Bônus de Mercados Emergentes. Oferecido como serviço aos clientes interessados em investir nos países latino-americanos, europeus ex-comunistas, asiáticos e africanos, seu objetivo é claro: orientar quanto ao resultado provável de aplicações, ponderando todas as informações disponíveis e relevantes.

Para expurgar qualquer conotação que, por ser demasiado abrangente, macule seu real significado, cabe definir risco-país tão rigorosamente quanto possível: trata-se de um índice que pretende medir a exposição à perda resultante de ações e políticas governamentais nas operações internacionais de crédito que envolvam empresas e investidores. Conseqüentemente, ele não é – como, às vezes, a imprensa faz crer – um sinônimo de risco soberano (usado para a avaliação da capacidade de um país honrar suas dívidas, isto é, serve para mensurar o risco de *default*).

A composição do EMBI+ é reavaliada mensalmente e os títulos que são (ou permanecem) incluídos em seu cálculo devem: fazer parte de uma emissão mínima de US\$ 500 milhões, ser negociado internacionalmente e distar, no mínimo, dois anos e meio do seu vencimento na data em que for qualificado para o índice. Destarte, ele representa o retorno médio diário, em dólares, dos vários tipos de títulos que o compõem (bradies, eurobônus, etc). Seu valor é expresso em pontos básicos: cada 100 unidades equivalem a uma sobretaxa de 1% em relação ao rendimento dos títulos do Tesouro norte-americano, considerados de risco nulo.

Nível do déficit fiscal, montantes das dívidas externa e interna, relação dívida/PIB, turbulências políticas, evolução dos juros básicos, situação do balanço de pagamentos e ritmo de crescimento da economia são alguns dos

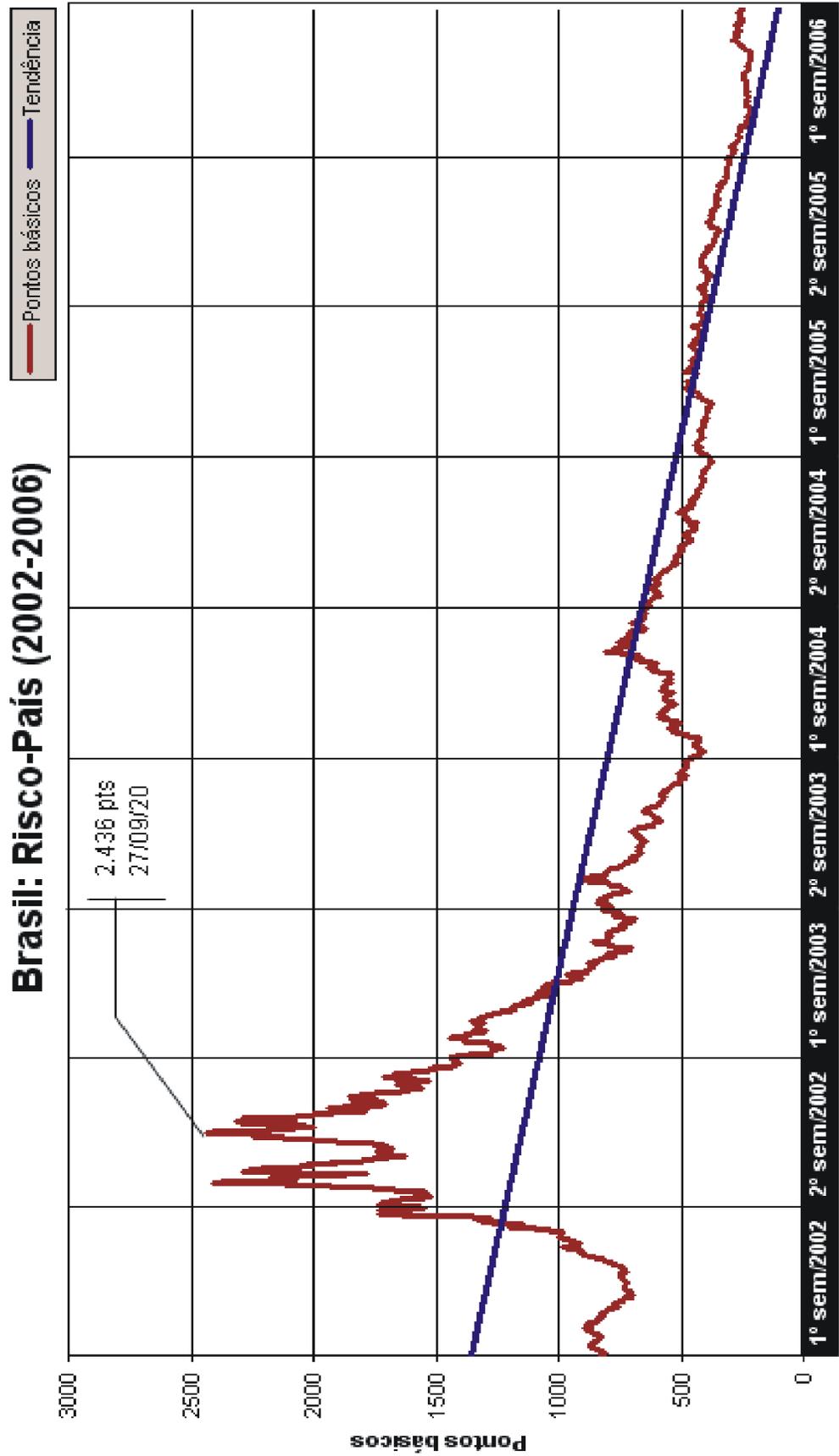
determinantes para a avaliação do mercado e, por conseguinte, para o EMBI+.

Nos últimos três semestres (1º e 2º de 2005 e 1º de 2006), o risco-país manteve a tendência de redução verificada desde o início de 2003, quando as incertezas acerca da política econômica do novo governo foram dissipadas. O máximo do período foi alcançado em 15/04/2005 (486 pontos) e o mínimo em 01/05/2006 (214 pontos). Isoladamente, o primeiro semestre de 2006 apresenta uma tendência muito suave de baixa, revertida a partir de maio devido às sucessivas elevações das taxas de juros nos Estados Unidos, que tornaram menos interessantes os ativos dos emergentes, e à proximidade da disputa eleitoral.

As denúncias de corrupção envolvendo membros importantes do Executivo e do Legislativo federais fizeram o EMBI+ oscilar bastante em meados de 2005. A instauração das Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios, do “Mensalão” e dos Bingos, somadas às especulações da oposição sobre o impedimento do Presidente da República, reforçaram o clima de instabilidade política, levando o mercado financeiro, nos momentos mais agudos, a duvidar da capacidade das instituições nacionais de equacionar a crise.

Felizmente, o cenário internacional favorável (com afluxo de capitais para as principais economias emergentes e expansão do comércio), assim como as boas notícias provenientes da economia (saldo volumoso em transações correntes, redução da dívida atrelada à moeda estrangeira, superação da meta estipulada de superávit fiscal e manutenção da política monetária refratária à inflação), mais que compensaram os efeitos deletérios do ambiente político e 2005 não repetiu a escalada do risco-país observada ao longo de 2002, cujo máximo alcançado (2436 pontos) ocorreu no dia 27 de setembro, ou seja, em plena campanha eleitoral.

Brasil: Risco-País (2002-2006)



III. BALANÇA COMERCIAL DO SETOR MINERAL

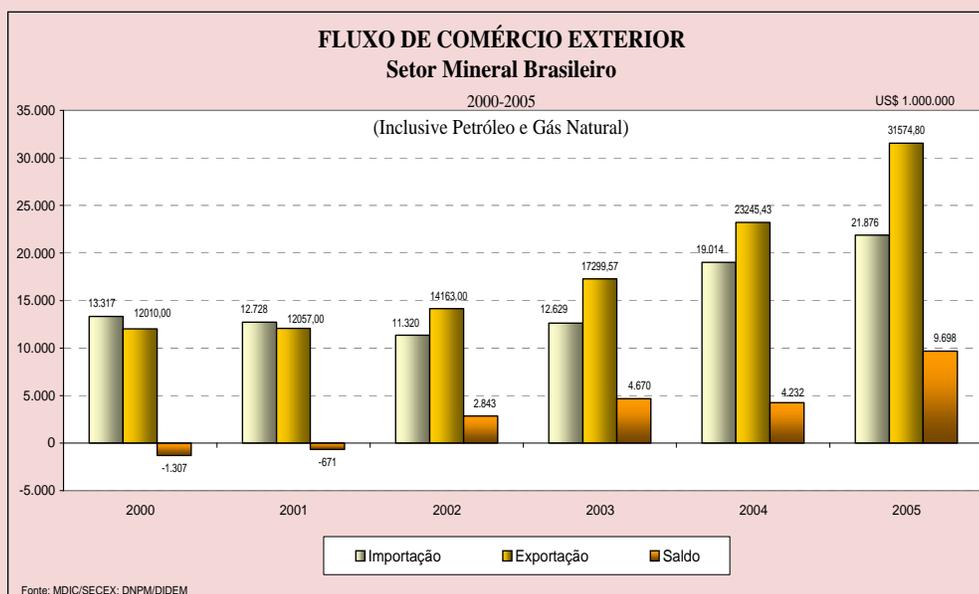
O Fluxo de Comércio Exterior do Brasil – FCE-BR superou novo recorde alcançando a ordem dos US\$ 191,859 bilhões (Exp.: 61,66% + Imp.: 38,34%), em 2005, 20,43% acima do registrado em 2004, com saldo de US\$ 44,757 bilhões.

Pela perspectiva do setor mineral não foi diferente. A balança comercial do setor mineral brasileiro registrou, em 2005, superávit de US\$ 9,69 bilhões, com acréscimo de 129% frente ao superávit de US\$ 4,23 bilhões acumulado durante 2004. Portanto, confirma-se a tendência de recuperação do saldo da balança comercial do setor, iniciada no ano de 2002 (US\$ 2,84 bilhão).

O Setor Mineral, em 2005, participou no total das exportações brasileiras em, aproximadamente, 8,2%, resultado 87,2% superior à participação registrada em 2004, quando o setor contribuiu com 4,38% do total. Em relação ao superávit comercial brasileiro, o Setor Mineral contribuiu com 21,6% do total do saldo de 2005, resultando numa expansão de 70% frente à participação no saldo superavitário registrado em 2004 (12,7%).

A composição da pauta de Exportações do Setor, em 2005, teve como principal categoria os bens primários representando 42%, seguida dos manufaturados (31%), semimanufaturados (25%) e compostos químicos (2%). As Importações tem a composição que segue: 52% de bens primários (US\$ 11,3 bilhões FOB), 30% de manufaturados (US\$ 6,6 bilhões FOB), 11% de compostos químicos (US\$ 2,5 bilhão FOB) e 7% de semimanufaturados (US\$ 1,5 bilhão FOB).

Os saldos da balança comercial da categoria dos semimanufaturados vêm tradicionalmente apresentando os maiores superávits comerciais dentre as categorias que compõem o setor mineral nos últimos anos, tendo contabilizado, em 2005, US\$ 6,3 bilhões, resultado 16% superior a 2004. Mas é a categoria de Bens primários que representou o maior fluxo de transações comerciais, incluindo petróleo, tendo totalizado US\$ 24,5 bilhões, efetivando um expressivo acréscimo de 32% frente aos US\$ 18,5 bilhões acumulados em 2004. Tanto as exportações (US\$ 13,1 bilhões - FOB), como as importações (US\$ 11,3 bilhões - FOB) registraram novos recordes em 2005.



PRINCIPAIS MINERAL COMMODITIES DE EXPORTAÇÃO

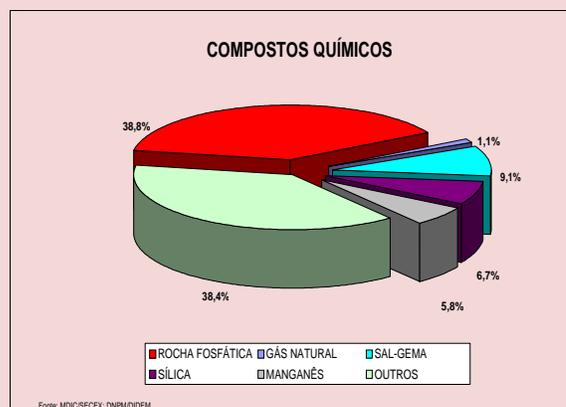
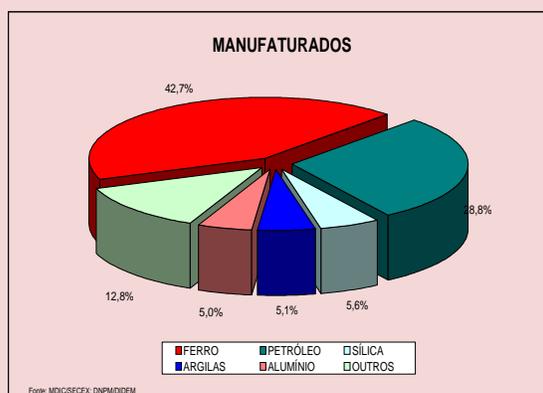
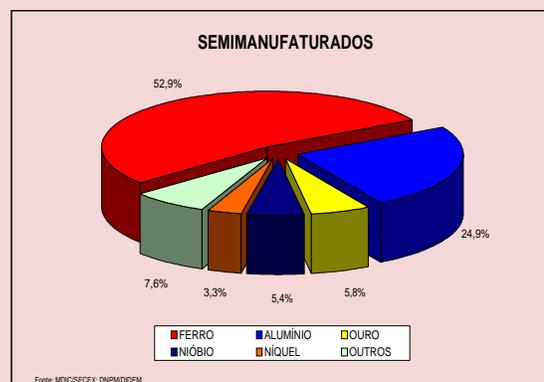
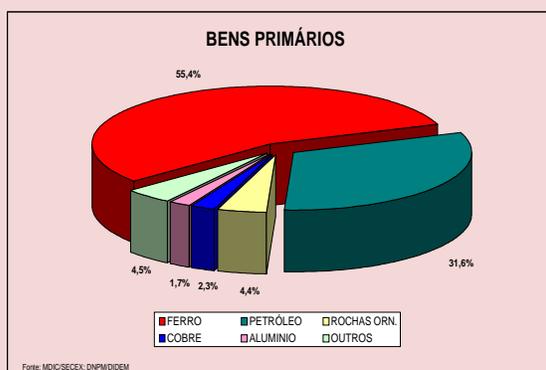
O minério de ferro mantém-se como principal produto de exportações de mineral *commodities* do País, respondendo pelas seguintes proporções na pauta de:

1. Bens Primários: Ferro: 55,4%; seguido do Petróleo (31,6%); Rochas Ornamentais (4,4%); Cobre (2,3%); Alumínio (1,7%) e outros (4,5%);

2. Bens Semimanufaturados: Ferro: 52,9%; Alumínio (24,9%); Ouro (5,8%); Nióbio (5,4%); Níquel (3,3%) e outros (7,6%);

3. Bens Manufaturados: Ferro: 42,7%; Petróleo (28,8%); Sílica (5,6%); Argilas (5,1%); Alumínio (5,0%) e outros (12,8%);

4. Compostos Químicos: Rochas Fosfáticas: 38,8%; Gás Natural (38,4%); Sal Gema (9,1%); Sílica (6,7%); Manganês (1,1%) e outros (5,8%);



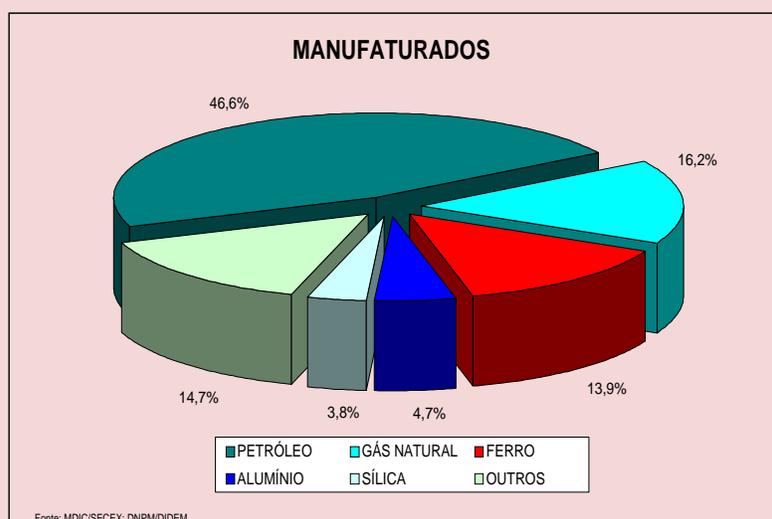
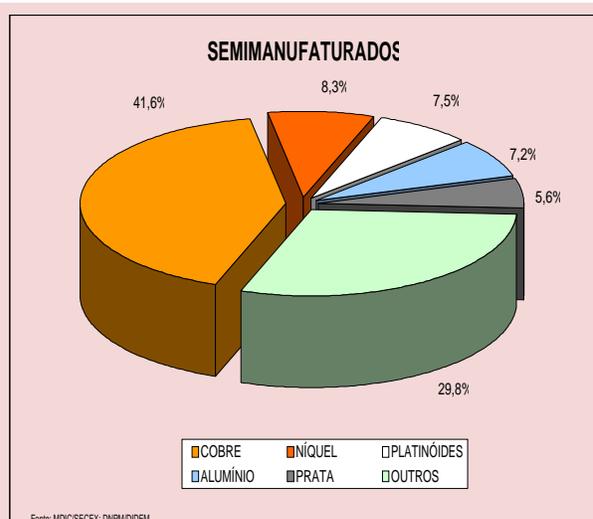
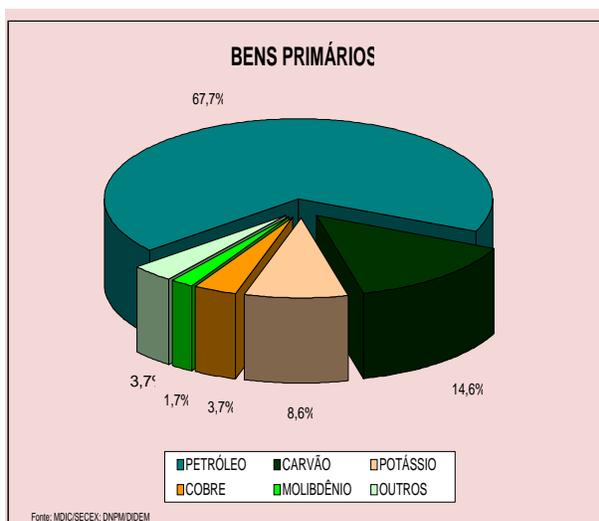
PRINCIPAIS MINERAL COMMODITIES DE IMPORTAÇÃO

O Petróleo mantém-se como principal *commodity* importada pelo Brasil, cuja pauta apresenta seguintes proporções:

1. Bens Primários (US\$ 11,3 bi, FOB): Petróleo: 67,7%; seguido do Carvão (14,6%); Potássio (6,6%); Cobre (3,7%); Molibdênio (1,7%) e outros (3,7%);
2. Bens Semimanufaturados: Cobre: 41,6%; Níquel (8,3%); Platinoídes (7,5%); Alumínio (7,2%); Prata (5,6%) e outros (29,8%);

3. Bens Manufaturados; Petróleo 46,6%; Gás Natural (16,2%); Ferro: 13,9%; Alumínio (4,7%); Sílica (3,8%) e outros (14,7%);

4. Compostos Químicos: Rochas Fosfáticas: 34,2%; Gás Natural (28,6%); Sal Gema (13,5%); Titânio (6,9%); Cromo (1,6%) e outros (15,3%).



Comércio exterior por blocos econômicos.

A estratégia adotada visando a diversificação de parceiros comerciais nas relações econômicas internacionais do Brasil, ampliou o intercâmbio comercial de bens de origem mineral para 192 países em 2005. As cifras alcançadas pelo comércio exterior continuam batendo recordes, tendo o fluxo alcançado US\$ 53,45 bilhões, representando o significativo crescimento de 26,48% frente aos US\$ 42,3 bilhões de 2004. A ampliação do intercâmbio comercial realizado pelo Brasil com os principais blocos econômicos e parceiros comerciais tem sido benéfico à balança comercial. Do fluxo de comércio internacional de *commodities* de origem mineral, foram registradas exportações para, aproximadamente, 190 países, enquanto foram realizadas importações para cerca de 130 países.

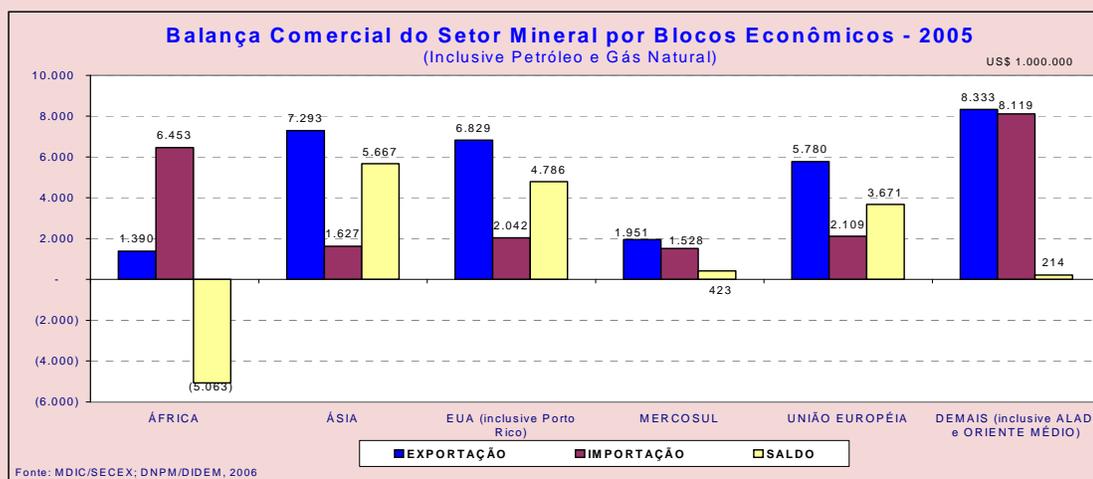
No período de 2005, o Brasil manteve saldos superavitários na balança comercial do setor mineral com vários parceiros comerciais, por exemplo: Estados Unidos (US\$ 4,69 bilhões), China (US\$ 2,64 bilhões), Japão (US\$ 1,33 bilhão), Coreia do Sul (US\$ 1,08 bilhão), Holanda (US\$ 784 milhões), Itália (US\$ 576 milhões) e Bélgica (US\$ 466 milhões). O somatório dos superávits comerciais do Brasil atingiu US\$ 20,9 bilhões em 2005. Interessante salientar que o saldo superavitário com os Estados Unidos (US\$ 4,69 bilhões) representou 22,57% do somatório dos superávits comerciais. A commodity minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados foi o principal produto comercializado na pauta de exportações do

Setor Mineral Brasileiro em 2005 e teve como principais países destino: EUA (US\$ 6,709 bilhões), China (US\$ 3,132 bilhões), Japão (US\$ 1,545 bilhão), Argentina (US\$ 1,534 bilhão), Bahamas (US\$ 1,482 bilhão), Alemanha (US\$ 1,223 bilhão), Coreia do Sul (US\$ 1,157 bilhão) e Holanda (US\$ 873 milhões).

Dentre os países onde a balança comercial do Setor Mineral Brasileiro registrou saldos deficitários, em 2005, destacaram-se: Argélia (US\$ 2,792 bilhões), Nigéria (US\$ 2,234 bilhão), Arábia Saudita (US\$ 1,104 bilhões), Bolívia (US\$ 876 milhões), Rússia (US\$ 642 milhões), Iraque (US\$ 522 milhões) e Chile (US\$ 461 milhões). O somatório dos déficits comerciais que o Brasil estabeleceu com seus parceiros atingiu US\$ 11,22 bilhões em 2005.

A principal *commodity* comercializada na pauta de importações brasileiras no ano de 2005 foi o óleo bruto de petróleo, cujos principais países de origem foram: Nigéria (US\$ 4,4 bilhões), representando 41% do total), Argélia (US\$ 2,57 bilhões; 24%), Arábia Saudita (US\$ 1,82 bilhão; 17%), Iraque (US\$ 857 milhões; 8,0%) e Argentina (US\$ 214 milhões; 2%).

Cabe destacar a vertiginosa ascensão das importações provenientes da Nigéria, que registraram elevação de 29,4% no valor e quantidade total de 11 milhões de toneladas em 2005, e Argélia que teve alta de 53,9% no valor e quantidade total de 6,5 milhões de toneladas, ambos fortemente influenciados pelas elevadas cotações do preço do petróleo nos mercados internacionais.



O FCE com os países da União Européia (US\$ 7,887 bilhões) apresentou saldo favorável ao Brasil de US\$ 3,670 bilhões, com aumento de 36,88% em relação a 2004 (US\$ 2,681 bilhões). O fluxo de comércio com Alemanha, o maior intercâmbio individual com o bloco, alcançou US\$ 1,945 bilhão, resultado de exportações de US\$ 1,225 bilhão FOB e importações de US\$ 720 milhões FOB. A Itália, cujo fluxo comercial foi o segundo maior, registrou um volume de US\$ 1,125 bilhão, com um superávit para o Brasil de US\$ 576 milhões. Este resultado superou o obtido pela Holanda (US\$ 784 milhões FOB de superávit para o Brasil, com fluxo igual a US\$ 962 milhões).

Cabe também destacar as transações comerciais com os países asiáticos (exclusive Oriente Médio), vêm apresentando saldos favoráveis ao Brasil nos últimos anos, alcançando US\$ 5,666 bilhões em 2005, com acréscimo de 46% em relação a 2004.. Nesse intercâmbio, com quatro anos consecutivos de crescimento, o Brasil registrou um FCE a US\$ 8,91 bilhões, 44,6% acima de 2004 (US\$ 6,16 bilhões). O valor das exportações destinadas à China, principal parceiro continental em 2005, alcançou US\$ 3,132 bilhões FOB — 60,6% superior aos US\$ 1,95 bilhão registrados em 2004 — resultando saldo brasileiro Brasil de US\$ 2,641 bilhões (93,6%, acima dos US\$ 1,364 bilhão de 2004).

IV DESEMPENHO DA PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA

A potencialidade da mineração no Brasil está associada à Geodiversidade à dimensão territorial do país, atributos naturais de inúmeras e significativas possibilidades de aproveitamento para seus recursos minerais. Em função dessa grande diversidade de terrenos e ambientes geológicos, o Brasil está entre os países com elevados potenciais minerais no mundo, comparável aos dos Estados Unidos, Rússia, Canadá, Austrália, China e África do Sul.

A produção mineral brasileira, que contempla inúmeras substâncias, é reflexo natural dessa característica. Contudo, apesar dessa multiplicidade, o valor da produção ainda é muito concentrado, principalmente, sobre ferro, alumínio, nióbio, níquel e ouro. Percebe-se que ainda há muito espaço para se crescer no setor mineral brasileiro.

Na atividade industrial do país, um dos destaques em 2005 foi para a indústria extrativa mineral, com R\$ 84,2 bilhões. Apresentou crescimento de 12,6% no valor da produção industrial, resultado beneficiado, principalmente, pelo aumento das quantidades extraídas de: carvão mineral (12,7%), petróleo e gás natural (11,4%) e minérios ferrosos (11,9%). A baixa variação na quantidade extraída de minerais metálicos não-ferrosos (1,6%), como também, a variação negativa na quantidade extraída de minerais não-metálicos (2,9%), indicam o espaço para maior crescimento.

Os investimentos em pesquisa mineral, consolidados pelo Sistema DIPEM-DNPM, apresentaram significativa evolução: cerca US\$ 174 milhões em 2005.

Num contexto global, observa-se que o *boom*

no preço das commodities continua surpreendendo a maioria os participantes do mercado de metais básicos e preciosos. Os destaques entre os metais da LME (*London Metal Exchange*) sempre foram cobre e zinco, para os quais, capitais e fundamentos macroeconômicos sempre caminham claramente na mesma direção. No entanto, seguindo uma nova onda em 2005, o preço do cobre sofreu elevação de mais quatro vezes do seu valor, quando comparado com os preços de 2001. Houve uma escassez de metal que fez com que alguns fabricantes restringissem suas operações forçadamente. Uma outra característica relevante compartilhada pelo cobre e pelo zinco é, justamente, um constrangimento da oferta e a perspectiva de redução de novos projetos, o que deverá manter esta situação por algum tempo (exceção observada para o estanho, embora a perspectiva da demanda permaneça favorável) (cf. CRU, 2006).

Neste cenário, as perspectivas de aproveitamento das vantagens comparativas das minas brasileiras e inserção competitiva no mercado, com aumento da produção mineral no Brasil, motivada pelo quadro da economia mundial e pelo desempenho de alguns setores (cobre, níquel, alumínio e ferro) que mantém alto nível de investimentos em exploração mineral e ampliação da capacidade instalada das minas e usinas de beneficiamento, utilizando tecnologias e equipamentos modernos.

O desafio atual da mineração brasileira é de expandir, diversificar e agregar valor ao produto final, canalizando investimentos em P&D mineral no país.

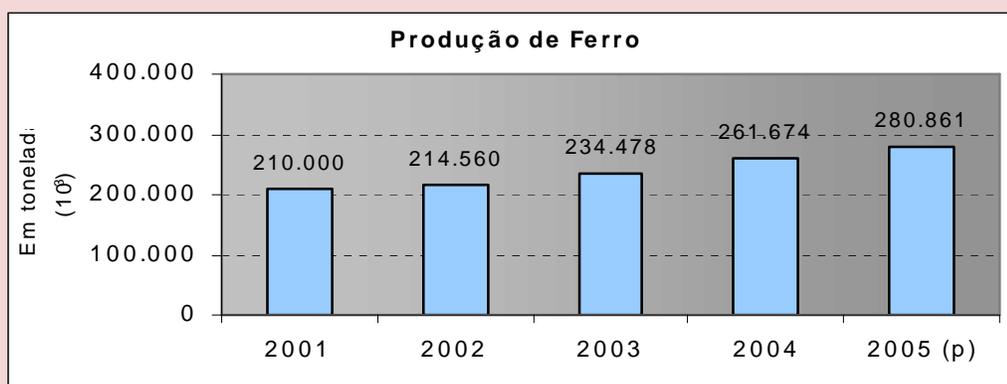
Minério de Ferro

Estima-se que a produção mundial de minério de ferro, em 2005, tenha alcançado a ordem de 1,5 bilhão de toneladas, apresentando crescimento de 13,43% em relação ao ano anterior.

A produção brasileira alcançou a segunda posição no *ranking* mundial, mantendo a classificação de 2004, com 281 Mt. A Companhia Vale do Rio Doce

e as empresas nas quais a CVRD tem participação produziram 246 Mt, 8,6% a mais que em 2004.

Devido ao reajuste de 71,5% nos preços praticados pela CVRD, em seus contratos de fornecimento, as exportações de minério de ferro em 2005 devem atingir o valor recorde de US\$ 8 bilhões.

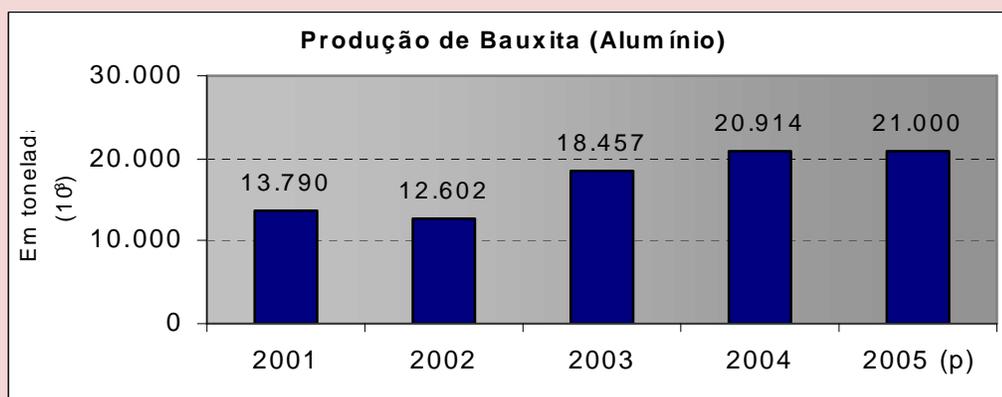


Bauxita (Alumínio)

A produção de bauxita no Brasil, em 2005, manteve-se no mesmo patamar de 2004, ou seja, 21 milhões de toneladas. Com este resultado, o país consolidou-se como o segundo maior produtor mundial (12,8%), ficando atrás, apenas, da Austrália (35%). No período, observou-se uma elevação de 3,87% na produção mundial de bauxita.

O consumo aparente interno manteve-se estável, aproximadamente, 13,6 milhões de toneladas, acompanhando o comportamento da produção.

Importa destacar, o alto índice de reciclagem das latas de alumínio no país como o mais expressivo da história e o mais elevado do mundo (93%).



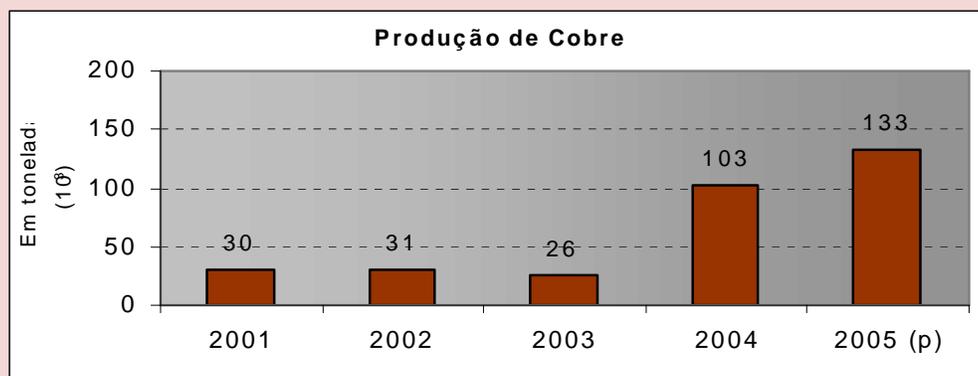
Cobre

A produção mundial de minério de cobre foi da ordem de 14,9 Mt, em 2005, registrando-se um aumento de 2% em relação a 2004. Chile e EUA destacam-se como principais produtores, respondendo por 35,7% e 7,7% da produção mundial, respectivamente. A participação brasileira nesse contexto alcançou 0,9% do total (metal contido).

O preço médio do metal em 2005 (London Metal Exchange), foi 28,5% superior ao praticado no ano anterior. Admite-se que esta elevação deverá se manter em função do crescimento industrial, da demanda mundial positiva (principalmente, China e Japão), da

oferta deprimida por ausência de investimentos e baixos estoques. Importa enfatizar que a transferência do capital especulativo para o mercado de metais, incluindo o cobre, tem influenciado significativamente na elevação “artificial” dos preços.

Dado a retomada de investimento em pesquisa e desenvolvimento de minas de cobre e a importância do *ramp up* do projeto Sossego da CVRD, em 2005, gera-se expectativa altamente favorável do Brasil posicionar-se competitivamente no mercado, devendo alcançar a auto-suficiência e tornar-se exportador líquido do metal até 2010.



Ouro

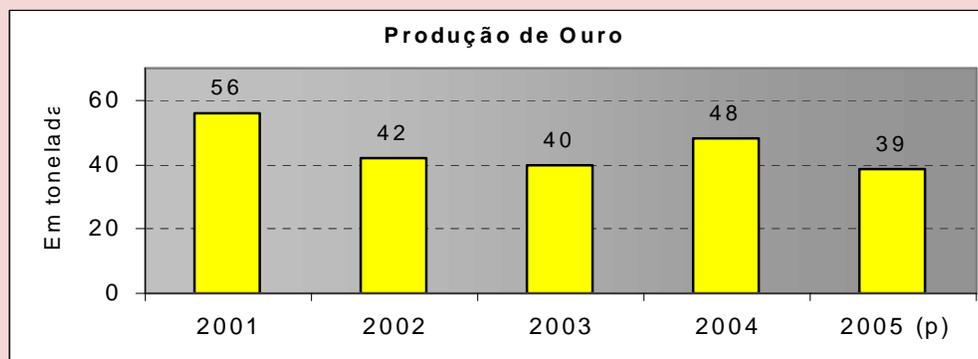
A produção mundial de ouro, em 2005, totalizou 2.450 t. Os principais países produtores de ouro, como a África do Sul, a Austrália e os Estados Unidos, apresentaram contração em suas produções, enquanto a Indonésia registrou aumento de 50,5% (140 t). O Brasil registrou queda na produção de, aproximadamente, 13,5% em relação ao ano anterior.

A produção de ouro de garimpo, estimada sobre a arrecadação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), atingiu, aproximadamente, 8,3 t, com

expressivo recuo de 56,3% ante o ano anterior.

A forte apreciação da moeda nacional frente ao dólar influencia fortemente na cotação de ouro no mercado brasileiro, chegando a reverter o efeito das altas verificadas nos preços do metal no mercado internacional.

Com efeito, esse recuo dos preços internos inibiu as investidas garimpeiras na Amazônia, refletindo negativamente na produção em depósitos secundários lavrados por garimpeiros durante ao ano de 2005.

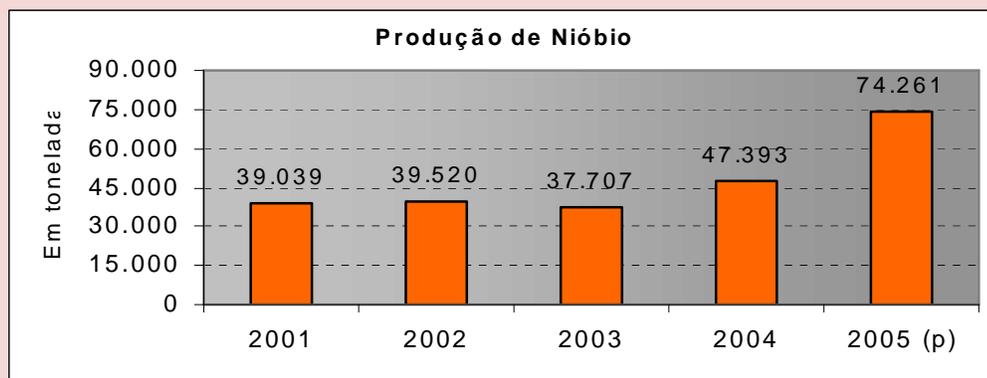


Nióbio

O Brasil mantém a hegemonia mundial em reserva e produção de níobio. Em 2005, registrou elevação de 56,7% na produção em relação ao ano anterior, enquanto o aumento da produção mundial foi de 52,4%. O aumento na produção superou as expectativas das empresas produtoras, que estimavam aumento de 5% na oferta de ferro-nióbio em função do maior aquecimento da demanda pelo metal no mercado internacional.

A COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da UFRJ) em parceria

com a empresa Ecoprotec (Comércio e Prestação de Serviços Ltda.) conseguiu patente para uma tinta anticorrosiva nos EUA, cujo processo é denominado "niobização" e pode ser descrito como a aplicação de revestimento anticorrosivo à base de níobio. Estima-se que este produto poderá reduzir radicalmente os gastos em aços especiais das indústrias química e petrolífera, possibilitando a utilização do aço comum que pode chegar a ser até cem vezes mais barato que alguns aços inoxidáveis.



Níquel

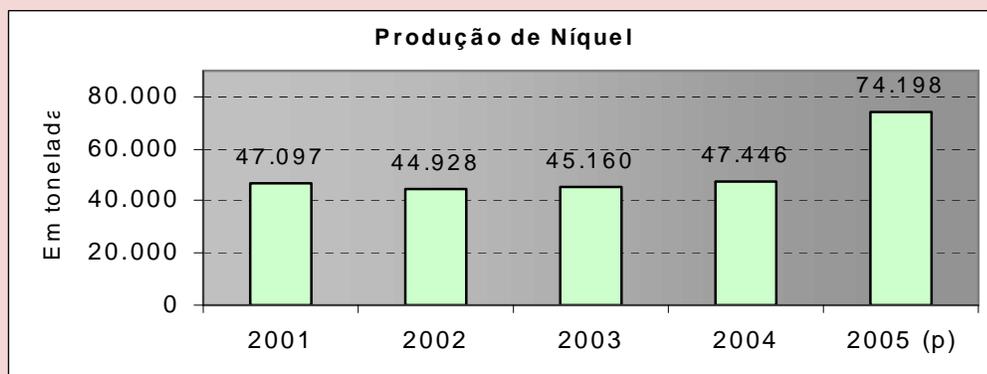
Em 2005, o Brasil apresentou significativa elevação de 56,4% na produção de níquel com relação ao ano anterior. As reservas conhecidas de níquel estão distribuídas nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pará e Piauí, entretanto a produção do metal está concentrada nos Estados de Goiás e Minas Gerais.

A empresa Anglo American, do grupo Anglo American, produziu em suas instalações, no Estado de Goiás, 99,7% da sua capacidade instalada, tal aumento na

produção foi resultado da elevação de teor com a utilização do minério proveniente de Barro Alto.

A mineração Serra da Fortaleza, do grupo Votorantim, atingiu 76,57% da sua capacidade instalada, no Estado de Minas Gerais, esta elevação é resultante da otimização da lavra e alimentação de resíduos na metalurgia.

Na totalidade, oito empresas dominam 71% do mercado mundial do metal, sendo que três empresas (Norilsk, Inco e Falconbridge) detêm 44%.



V DESTAQUE

Sobre o Setor Mineral Brasileiro

Antonio Fernando da S. Rodrigues, Geól. MSc., Diretor-DIDEM

Sobre o Setor Mineral Brasileiro

O Setor Mineral por transversalizar três setores da economia — Primário (Pesquisa Mineral e Mineração), Secundário (Transformação Mineral: Metalurgia, Siderurgia, Química etc.) e Terciário (Mercado, Comércio) — apresenta grande heterogeneidade e diferentes estágios de desenvolvimento: do precário (garimpagem, mineração artesanal) ao moderno (pesquisa mineral e minas planejadas na perspectiva das excelências técnicas da Geologia, Engenharia de Minas e Economia Mineral).

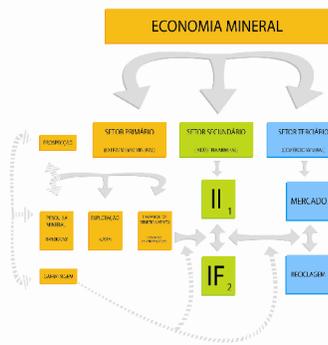


Figura 01 - Diagnóstico do Setor Mineral Brasileiro.

Notas: ¹ Indústria: fabricação intermediária (sucata, redução, refino, etc.); ² Indústria: final.

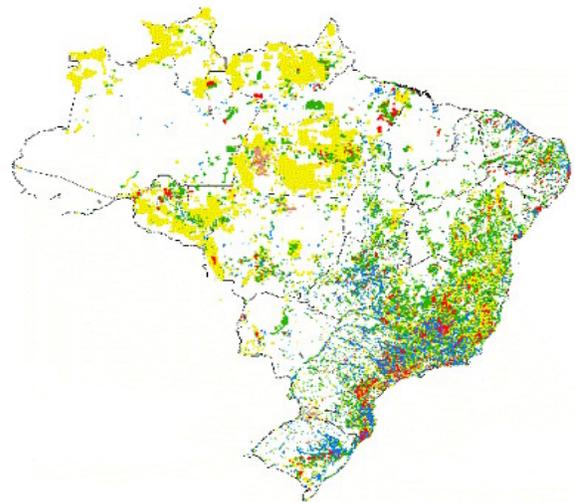
Notas: ¹ Intermediate production (sucata, reduction, refinement, etc.); ² Final industrialization.

³ Local of interaction in the producers and consumers.

² Place of interaction between producers and consumers.

Desempenho Institucional Recente

Em 2005, o DNPM publicou 14.451 alvarás de pesquisa, 32,3% a mais do que os 10.925 publicados em 2004. As concessões de lavra outorgadas atingiram um recorde histórico, superando 1988, com um montante de 389 outorgas: um crescimento de 16% em relação às 335 outorgadas em 2004.



O reaquecimento da economia mundial, associado aos resultados positivos da Política Macroeconômica de Governo, tem impulsionado a economia doméstica, retirando-a da inércia em 2003 com indicadores de crescimento do PIB modestos, mas com firmes perspectivas de sustentabilidade no médio e longo prazos, senão vejamos: PIB-2004 (R\$ 1,775 trilhões, aproximadamente, US\$ 605 bilhões) e PIB - 2005 R\$ 1,938 trilhões, aproximadamente, US\$ 795 bilhões), taxas de 4,9% e 2,3%, respectivamente. Essa monta projeta o Brasil como a décima economia mundial, participando do fluxo de comércio internacional com uma cota da ordem de 1,2% (Nota: 0,1%, aproximadamente, US\$ 10 bi/ano).

O Sistema de Cadastro Mineiro armazena a seguinte ordem de títulos emitidos pelo DNPM (1934 - abr.2006): Requerimentos de Pesquisa Mineral (18.407); Alvarás de Pesquisa Mineral (53.244); Concessões de Lavra (6.884); Portarias de Lavra Garimpeira - PLGs (1.083); Registro de Licenciamento Mineral (8.750) e Registro de Extração (308). Convém advertir que, aos Requerimentos de Pesquisa, são reservadas apenas expectativas de direitos de prioridade sobre determinada área, mas não representando um título minerário na essência.

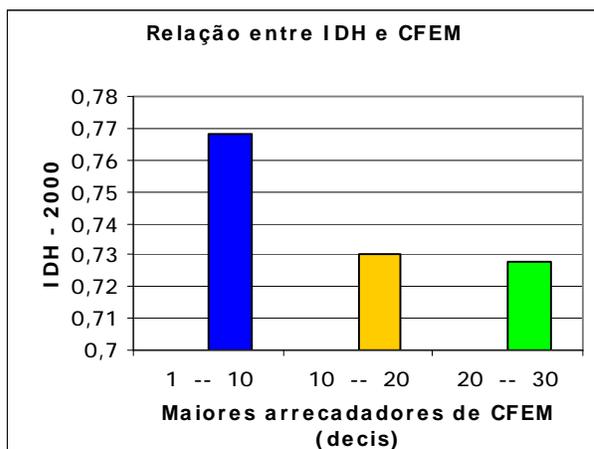
A arrecadação da TAH (taxa anual por hectare) relativa à pesquisa mineral em 2005 foi de R\$ 39,2 milhões, correspondendo a 32,9 milhões de hectares, um crescimento de 70 % em relação aos R\$ 23,0 milhões de 2004 e de 19 % perante os 27, 5 milhões de hectares de 2004.

Analisando o período de 2003-2005, observa-se avanço notável na arrecadação de CFEM (royalty), cujos indicadores de desempenho apresentam uma tendência crescente, com incrementos de 57,05% (2003/2002), 11,47% (2004/2003) e 24,52% (2005/2004), respectivamente. Em 2005, registrou-se um valor recorde na arrecadação: R\$ 406 milhões.

A inserção da Economia Mineral no contexto amplo da Política Econômica e Social do Governo Federal, constata-se, para aquelas unidades municipais com vocação minerária, uma importante evidência da associação entre melhoras no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e aumentos significativos nas receitas públicas derivadas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).

A propósito, para ser adjetivada como desenvolvida, a unidade analisada deve ter o índice superior a 0,80. A título de exemplo, destacam-se os seguintes municípios mineradores: 1º Parauapebas-PA (CFEM-2005: R\$ 66,050 milhões; IDH-M-2000: 0,741); 2º Itabira-MG (CFEM-2005: R\$ 43,227 milhões; IDH-M-2000: 0,798); 3º Mariana-MG: (R\$ 28,772 milhões; IDH-M-2000: 0,772); 4º Oriximiná-PA (CFEM-2005: R\$ 28,203 milhões; IDH-M: 0,717) e 5º Nova Lima-MG (R\$ 24,805; IDH-M: 0,821). Com efeito, observa-se do gráfico abaixo que alguns dos municípios com alta arrecadação de CFEM (conseqüentemente uma atividade constante) apresentam um IDH-M mais alto.

(Ver tabela no ANEXO I).



A Tabela 01 (abaixo) apresenta o desempenho recente do fluxo de requerimentos de pesquisa e de emissão de concessões e outorgas de títulos de direitos minerários pelo DNPM.

Evolução dos Títulos de Direitos Minerários							
ANOS TÍTULOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005/2004 □%
	Requerimentos Protocolizados*	12.510	12.945	14.245	16.235	16.633	19.360
Alvarás de Pesquisa Publicados	21.220	11.225	9.309	11.066	10.925	14.451	32,27
Rel. Pesq. Aprov.	890	1.275	1.271	1.282	976	1.369	40,27
Concessões de Lavra Outorgadas	300	309	362	303	335	389	16,12
Licenciamentos Outorgados	1.385	1.489	1.273	1.383	1.312	1.727	31,63
PLGs - Outorgadas	37	8	338	52	98	73	-26,26
Registros de Extração	-	44	90	70	86	88	2,33
Cessão de Direitos	3.014	2.324	2.035	1.740	3.234	3.950	22,14

Fonte: DICAM/DNPM, 2006.
*Req. Protocolizados = Req. de Pesquisa + Req. Licenciamento + Req. PLG + Req. Reg. de Extração.
PLGs: Permissão de Lavra Garimpeira.

Sobre o Desempenho da Arrecadação

a) CFEM

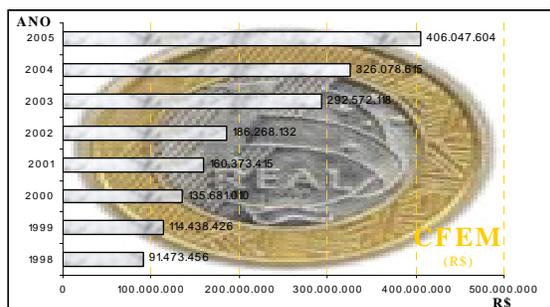
Ação de Modernização da Gestão, inserida na concepção do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, já apresenta resultados significativos. Na medida em que houve: (i) a implantação da Rede-DNPM (via Internet) integra nacionalmente todos os Distritos-DNPM; e (ii) uma grande evolução da sistemática de emissão de boletos para pagamento de taxas, emolumento e CFEM (on line). Estas medidas melhoraram as condições de acessibilidade do minerador, tornando mais visível a evolução na busca pela eficiência e eficácia dos serviços e produtos oferecidos pelo DNPM, condição sine qua non para seu desejável reconhecimento, pelo Setor Mineral e pela Sociedade, como instituição de excelência no cumprimento de sua Missão e de sua Visão de Futuro, ambos definidos pelos Objetivos Institucionais Estratégicos traçados pela atual Gestão.

A CFEM destaca-se como receita com significativa progressão anual, fechando 2005 com novo recorde de arrecadação da ordem de R\$ 406 milhões, ou seja, 24,5 % a mais do que o verificado em 2004.

No ranking estadual de recolhimento de CFEM, mantêm-se hegemônicos: Minas Gerais (50,1%), Pará (29,6%) e Goiás (3,7%), com R\$ 205 milhões, R\$ 120 milhões e R\$ 15 milhões, nesta ordem. Por outro ângulo, os municípios que tiveram maior arrecadação foram Parauapebas (PA), Itabira (MG), Mariana (MG), Oriximiná (PA) e Nova Lima (MG).

O minério de ferro foi à substância mineral que apresentou maior arrecadação de CFEM, tendo contribuído com 49,9% do montante recolhido, seguido pelo alumínio (8,9%), caulim (4,2%), calcário (3,7%) e ouro (3,2%). Estes cinco bens minerais foram responsáveis por 67,0% do total arrecadado pela CFEM durante 2003. Considerando o conjunto de municípios que arrecadaram a CFEM no ano de 2004, foram obtidos R\$ 209 milhões, sendo que os 30 principais municípios arrecadam acima de R\$ 1.000.000,00.

Minas Gerais, na região sudeste, mantém-se na liderança da arrecadação de CFEM devido a produção dos minérios ferro, níquel, ouro e zinco. O Pará, por sua vez, é beneficiário da produção de bauxita, ferro, caulim, cobre, entre outros.

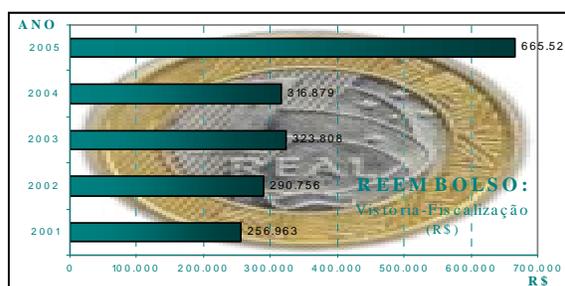
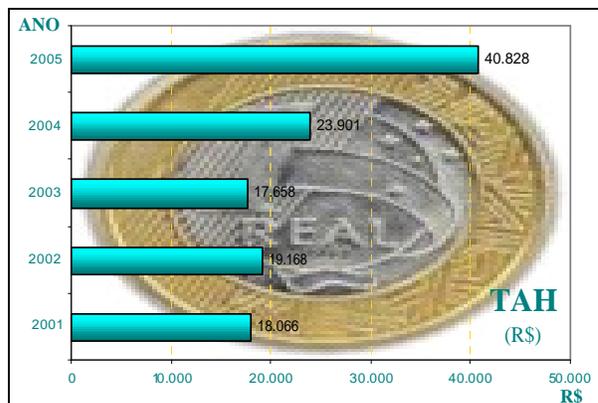


A Taxa por Hectare (R\$ 1,55 /ha) — é um importante instrumento inibidor da oneração especulativa de áreas, improdutivas portanto — incide sobre a área total onerada na fase de Pesquisa Mineral, cujo total arrecadado em 2005 foi de R\$ 40,8 milhões ou 70,8% do valor arrecadado em 2004.

Em destaque na arrecadação aparecem novamente os três estados mais expressivos na CFEM: PA, MG e GO que, juntos, representam 59,4% da arrecadação. Cabe observar a inversão nas posições dos dois primeiros, justificada pela condição de que na Amazônia as áreas podem alcançar até 10.000 ha. Por outro lado, os Estados com melhores índices de arrecadação foram SE e AL com 96,4% e 94%, respectivamente.

Outro indicador importante é que dos 27.130 processos de 2005, 21.783 foram pagos, o que corresponde a 80,2% do universo de processos ativos. A disponibilização do novo sistema de Auto de Infração muito contribuiu

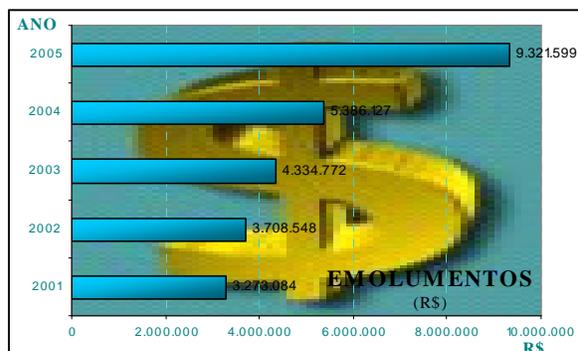
para que os Distritos obtivessem bons índices de emissão dos autos não pagos e pagos em atraso, sendo registrados 6.147 autos em 2005; As dívidas de períodos anteriores, pagas em 2005, alcançaram a ordem de R\$ 4 milhões.



Emolumentos

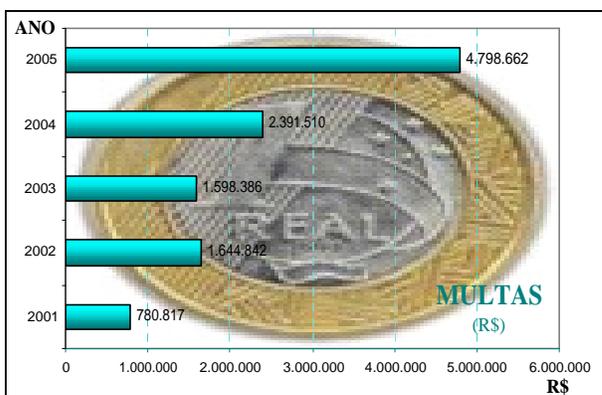
O somatório dos recursos arrecadados a título de emolumentos foi de R\$ 9,3 milhões, em 2005, 73% a mais que 2004. A desagregação desses emolumentos permite o seguinte rateio entre as fontes de arrecadação:

- Autorização de Pesquisa: R\$ 7,2 milhões;
- Imissão de Posse: R\$ 231 mil;
- Portaria de Lavra Garimpeira: R\$ 312 mil;
- Registro de Licença: R\$ 220 mil.



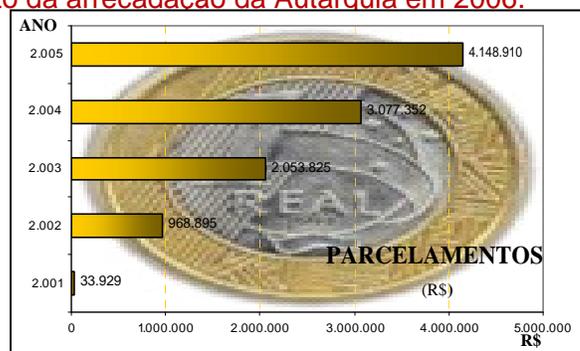
Multas

A exemplo das taxas de vistoria de fiscalização, a arrecadação de multas duplicou em 2005, alcançando a ordem de R\$ 4,7 milhões, 100,6% superior a 2004. Ademais, as multas referentes à inadimplência da TAH somaram R\$ 2,7 milhões, com evolução de 126,8% em relação ao ano anterior. Com referência a situação de inadimplência pela não apresentação do Relatório Final de Pesquisa-RFP, registrou-se uma arrecadação de R\$ 1,4 milhão, 66,15% a mais que 2004.



Recuperação de Passivos

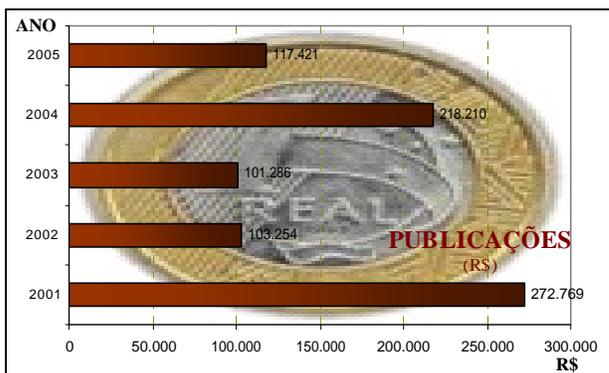
Com adicional na arrecadação global do DNPM (2005), registrou-se o valor de R\$ 4,1 milhões, com significativa evolução (34,8%) em relação ao ano anterior. A propósito, deflagrado o processo de recuperação dos passivos do Setor Mineral, em 2005 — a partir da decisão da AGU – Advocacia Geral da União, sobre a competência do DNPM enquanto agente da Fazenda Nacional e definida a atribuição de inserção dos inadimplentes no CADIM — gera-se a expectativa de reflexos positivos no aumento da arrecadação da Autarquia em 2006.



Publicações – DNPM: Receitas de Vendas

Fiscalização (Reembolso)

Imposições de ordem legal, prevêem que as despesas de vistoria de fiscalização do DNPM sejam reembolsadas ao Tesouro Nacional. Assim, em 2005, o volume de recursos derivados das taxas de vistoria de fiscalização alcançou R\$ 665,5 mil, 110% acima de 2004.



Determinados produtos e serviços do DNPM, eventualmente, são disponibilizados ao público a preços simbólicos, tão somente com o objetivo de cobertura de custos operacionais e contratação de serviços de terceiros. Com efeito, a arrecadação com vendas de publicações foi da ordem de R\$ 119,7mil, em 2005, 54% inferior a 2004. Entretanto, não obstante o valores simbólicos, adverte-se que, por não haver à época boletos específicos, a aparente distorção na arrecadação deve-se ao fato do DNPM, em 2004, estar desprovido de um sistema que desvinculasse as receitas (taxas, emolumentos, vendas etc.). Portanto, como não havia convênio formalizado entre DNPM e o Banco do Brasil, essas receitas específicas eram incorporadas a uma vala comum de arrecadação pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se oportuno destacar que a última operação de fiscalização realizada pela equipe da CFEM-Modelo, em Minas Gerais, entre 24 de outubro e 1º de dezembro, apurou um débito consolidado da ordem R\$ 2,3 bilhões, que provavelmente refletirá como adicional na arrecadação de 2006.

A maior eficiência na arrecadação tem contribuição significativa da parceria crescente dos maiores interessados: os Municípios Mineradores. Com efeito, observa-se que número de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) entre o DNPM e as prefeituras teve significativo aumento em 2005 (Total: 184 ACTs), permitindo a partir de Senhas-Chaves o acesso ao Portal-DNPM, facilitando o monitoramento pelas Prefeituras do fluxo mensal de recursos oriundos da CFEM (Banco do Brasil).

REFERÊNCIAS

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Mineralnegócios: Guia do Investidor no Brasil (Mineral Business: Investors Guide in Brazil). Brasília. 2006. (Disponível em: www.dnmp.gov.br).

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário Mineral (vários): Brasília. 2006. (Disponível em: www.dnmp.gov.br).

RODRIGUES, A.F. da S. & VALADARES, M.A.M. 2005. O Brasil Mineral e o IDH-M: f (PIB, CFEM, FPM). In: DNPM. Informe Mineral – Desenvolvimento & Economia Mineral: Brasília. v.3., p. 23-26. (Disponível em: www.dnmp.gov.br).

DISCRIMINAÇÃO		ÁREA	POP ³	FPM	CFEMPop	CFEMkm ²	Subst.	IDH-M			△ %	CFEM (\$ 10 ⁹)		△%CFEM
ANOS		(km ²)	(habit.)	2002	2004	(R\$/km ²)	Mineral	1980	1991	2000	(80/00)	2003	2004	(2004-03)
BRASIL¹		8.514,877	183.784,623	...	1,77	38,30	...	0,680	0,714	0,769	13,09	291,024	326,079	12,05
BR-M (65%) ²		189,207	295,258	56,05
Taxa (R\$)		17,386	23,902	37,48
MUNICÍPIO-UF		239,620	1.096,768	129.980,438	193,28	884,64	143,079	211,978	48,16
1.	Parauapebas-PA	7.008	88.519	7.502.535	342,33	4.324,18	Ferro	...	0,601	0,741	23,29	28,845	30,303	5,05
2.	Oriximiná-PA (3º)	107.603	52.392	4.904.282	467,98	227,86	Bauxita	0,540	0,637	0,717	32,78	14,128	24,519	73,54
3º.	Itabira-MG (2º)	1.256	104.843	9.738.719	218,95	18.269,55	Ferro	0,698	0,743	0,798	14,33	27,259	22,956	-15,79
4º.	Nova Lima-MG (5º)	428	70.537	7.789.829	252,12	41.507,51	Au, Ferro	0,723	0,775	0,821	13,55	8,087	17,784	119,91
5º.	Mariana-MG (4º)	1.193	51.086	6.136.706	330,73	14.158,85	Ferro	0,606	0,673	0,772	27,39	11,299	16,896	49,54
6º.	Brumadinho-MG (10º)	640	30.362	4.544.067	401,10	19.024,13	Ferro	0,657	0,661	0,773	17,66	4,078	12,178	198,64
7.	Ouro Preto-MG (6º)	1.245	68.208	7.905.294	163,54	8.958,63	Ferro	0,706	0,689	0,787	11,47	7,675	11,155	45,34
8.	Itabirito-MG	543	40.882	5.842.372	270,21	20.343,31	Ferro	0,719	0,718	0,786	9,32	4,411	11,047	150,43
9º.	Ipixuna do Pará-PA(7º)	5.217	33.531	3.431.618	289,68	1.861,85	Caulim	...	0,542	0,622	14,76	5,586	9,713	73,88
10º.	Congonhas-MG (11º)	306	44.279	6.274.205	164,91	23.895,83	Ferro	0,699	0,697	0,788	12,73	3,291	7,302	121,85
11º.	Rosário Catete-SE (15º)	105	7.853	2.335.595	752,37	56.049,95	Potássio	...	0,560	0,672	20,00	2,926	5,908	101,92
12.	Barão Cocais-MG	341	24.981	4.395.374	166,68	12.222,21	Ferro	0,676	0,620	0,757	11,98	3,234	4,164	28,74
13.	Vitória do Jari-AP	2.483	10.045	1.053.854	465,87	1.884,99	Caulim	...	0,551	0,659	19,60	3,036	4,680	54,15
14.	Santa Bárbara-MG	684	25.239	4.544.067	172,58	6.366,00	Ferro	0,624	0,627	0,762	22,12	2,941	4,356	48,10
15º.	Jaguarari-BA (22º)	2.567	25.499	4.794.644	146,65	1.456,60	Cromo	0,445	0,442	0,646	45,17	1,350	3,739	177,06
16.	Minaçu-GO	2.861	34.285	4.150.280	107,91	1.293,26	Crisólita	0,563	0,609	0,749	33,04	2,277	3,700	62,49
17.	Tapira-MG (19º)	1.180	3.509	1.947.457	1.042,60	3.099,80	Apatita/Nb	0,618	0,734	0,780	26,21	1,819	3,658	101,17
18.	Paracatu-MG	8.232	81.599	8.439.022	43,81	434,26	Au, Zinco	0,622	0,655	0,760	22,19	1,841	3,575	94,23
19º.	Fortaleza Minas-MG (21º)	219	3.738	1.655.339	873,36	14.916,84	Níquel	0,547	0,638	0,765	39,85	1,731	3,265	88,62
20.	Catalão-GO	3.778	69.459	7.323.197	42,71	785,27	Apatita	0,690	0,727	0,818	18,55	1,810	2,966	63,89
21º.	Corumbá-MS (17º)	64.961	99.441	10.586.803	27,85	42,63	Ferro	0,714	0,702	0,771	7,98	2,089	2,770	32,58
22º.	Araxá-MG (9º)	1.165	83.659	8.156.466	26,08	1.872,22	Apatita	0,735	0,775	0,799	8,71	1,483	2,181	47,13
23º.	Pres.Figueiredo-AM (24º)	25.422	22.273	3.131.353	72,67	63,67	Cassiterita	...	0,710	0,741	4,37	948	1,619	70,66
24.	Forquilha-SC	182	20.549	3.397.359	75,26	8.501,19	Carvão	...	0,736	0,797	8,29	935	1,546	65,43

Fone: DIDE/DIPAR/DNPM, 2005; IBGE (Resolução nº 05, de 10.10.2002); PNUD, 2005; STN, 2005; IPEA, 2005.

Notas: *BRASIL; ¹Brasil-M; ²POP: População estimada - IBGE, 2004; (...): não disponível; (..): Em verde municípios

VI ÍNDICES DE PREÇOS

O índice de preços por atacado (IPA), publicado na Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é uma média ponderada dos preços dos produtos mais importantes comercializados no País. Sua ponderação está fundamentada no valor adicionado ou, quando este não pode ser apurado com facilidade, no valor da transformação industrial. Este critério é utilizado para evitar efeitos derivados de contagens duplas sobre a variação dos índices.

Conforme a tabela a seguir, a maior taxa de variação dos preços no Setor Mineral coube ao ferro, aço e derivados (18,34% a.a.) e a menor aos minerais não-metálicos (0,86%). Dado que o índice para oferta global teve uma variação positiva de 5,57% entre 2004 e 2005, constata-se que houve uma elevação 229,4% maior para ferro, aço e derivados (ou 12,77 pontos percentuais a mais), enquanto os não metálicos alcançaram uma taxa 84,5% menor (4,7 pontos percentuais a menos). A Indústria Extrativa Mineral teve a média dos preços elevada em 7%, ou seja, 25,7% acima do obtido para a oferta global.

ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (IPA) – OFERTA GLOBAL – BRASIL – 2005
(BASE: AGOSTO/94 = 100)

PERÍODO	PRODUTOS INDUSTRIAIS				
	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS OFERTA GLOBAL	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
			MINERAIS NÃO METÁLICOS	METALURGIA	
				FERRO, AÇO E DERIVADOS	METAIS NÃO-FERROSOS
JAN/05	352,85	340,98	276,75	505,81	337,82
FEV/05	354,23	332,96	275,41	510,45	338,15
MAR/05	358,26	338,13	273,67	510,52	343,33
ABR/05	359,46	354,50	273,94	510,67	344,26
MAI/05	355,92	358,50	273,57	507,46	337,17
JUN/05	353,14	356,62	271,60	501,66	329,76
JUL/05	350,71	350,08	270,08	490,98	329,00
AGO/05	347,06	351,95	269,33	480,07	330,79
SET/05	346,09	352,63	269,97	476,39	335,56
OUT/05	348,82	348,15	268,27	473,07	335,63
NOV/05	349,66	348,83	269,99	467,08	329,96
DEZ/05	349,17	353,67	269,87	462,05	338,31
2005	352,11	348,92	271,87	491,35	335,81
2004	333,54	326,09	269,55	415,21	310,85
VARIAÇÃO %	5,57	7,00	0,86	18,34	8,03

Fonte: Ipeadata (<http://www.ipeadata.gov.br>).

PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA

2004-2005

(BENS MINERAIS SELECIONADOS)

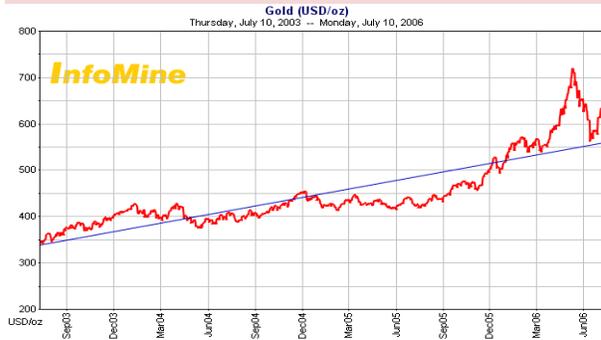
SUBSTÂNCIAS	QUANTIDADE (toneladas)		VARIÇÃO (%)
	2005 ^(p)	2004 ^(r)	
ALUMÍNIO	21.000.000	20.914.000	0,41
BARITA	59.000	72.000	-18,06
BENTONITA (beneficiada)	221.035	226.874	-2,57
CAULIM	2.410.000	2.236.900	7,74
CHUMBO	24.000	21.000	14,29
COBRE	133.000	103.000	29,13
CRISOTILA	236.000	252.000	-6,35
CROMO	253.000	259.100	-2,35
DIATOMITA	8.000	9.000	-11,11
ESTANHO	11.739	12.202	-3,79
FERRO	280.861	261.674	7,33
FLUORITA	67.000	58.000	15,52
GRAFITA	75.000	76.300	-1,70
LÍTIO	473	497	-4,83
MAGNESITA	386.000	366.000	5,46
MANGANÊS	1.370.000	1.346.000	1,78
NIÓBIO	74.261	47.393	56,69
NÍQUEL	74.198	47.446	56,38
OURO	38.500	47.573	-19,07
POTÁSSIO	405.000	403.100	0,47
QUARTZO	17.860	18.116	-1,41
VERMICULITA	28.000	26.000	7,69
ZINCO	171.000	159.000	7,55

Fonte: DNPM/DIDEM. Notas: (r) revisado; (p) dado preliminar.

PREÇOS DOS METAIS

METAIS-PRECIOSOS

1. Ouro



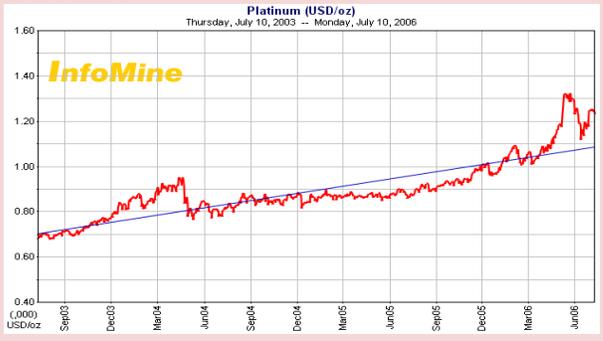
2. Prata



3. Paládio



4. Platina

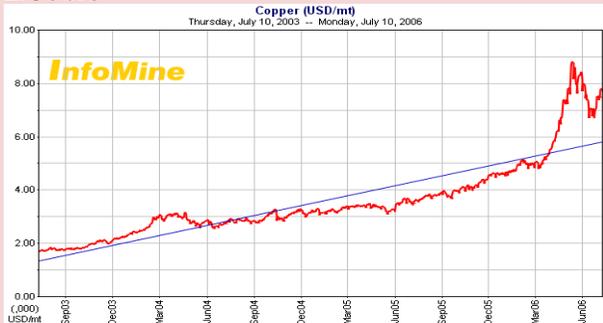


METAIS-BASE

1. Alumínio



2. Cobre



3. Chumbo



4. Níquel



5. Estanho



6. Zinco



Distritos

1º Distrito - RS

Rua Washington Luiz, 815 Centro.
Porto Alegre - RS - CEP 90010-460
Econ. Sérgio Bizarro César
Tel.: (51) 3226-9361; 3228-3581; 3227-1023; 3226-6147
Fax: (51) 3226-2722
E-mail: dnpm-rs@dnpm.gov.br

2º Distrito - SP

Rua Loeffgren, 2225 - Vila Clementino.
São Paulo - SP - CEP 04040-033
Geól. Enzo Luis Nico Júnior
Tel.: (11) 5571-8395; 5549-6157; 5549-5533
Fax: (11) 5549-6094; 5571-8500; 5906-0410
E-mail: dnpm-sp@dnpm.gov.br

3º Distrito - MG

Praça Milton Campos, 201 Serra.
Belo Horizonte - MG - CEP 30130-040
Dr. Emílio Garibaldi (substituto)
Tel.: (31) 3223-5641; 3223-6399; 3223-6257
Fax: (31) 3225-4092
E-mail: dnpm-mg@dnpm.gov.br

4º Distrito - PE

Estrada do Arraial, 3.824 - Casa Amarela.
Recife - PE - CEP 52070-230
Geól. Paulo Jaime Souza Alheiros
Tel.: (81) 4009-5484; 3441-1316; PABX: 81-4009-5477 Fax: (81) 4009-5499
E-mail: dnpm-pe@dnpm.gov.br
Site: <http://www.dnpm-pe.gov.br>

5º Distrito - PA

Av. Almirante Barroso, 1.839 Marco
Belém - PA - CEP 66093-020
Dr. Every Geniguens Tomaz de Aquino
Tel.: (91) 3276-8144; 3276-5483; 3276-8850; 3276-1565
Fax: (91) 3276-6709
E-mail: dnpm-pa@dnpm.gov.br

6º Distrito - GO

Av. 31 de Março, 593 - Setor Sul
Goiânia - GO - CEP 74080-400
Adv. Denilson Martins Arruda
Tel.: (62) 3281-6685; 3281-0530; 3241-5044
Fax: (62) 3281-6248
E-mail: dnpm-go@dnpm.gov.br

7º Distrito - BA

6ª Avenida, 650 - Área Federal Cab
Salvador - BA - CEP 41750-300
Geól. Teobaldo Rodrigues de Oliveira Júnior
Tel.: (71) 3371-1513; 3371-4010; 3371-0496
Fax: (71) 3371-5748; 3371-0422
E-mail: dnpm-ba@dnpm.gov.br

8º Distrito - AM

Av. André Araújo, 2.150 Aleixo
Manaus - AM - CEP 69060-001
Geól. Fernando Lopes Burgos
Tel.: (92) 3611-4825; 3611-1112; 3611-2051 Fax: (92) 3611-1723
E-mail: dnpm-am@dnpm.gov.br

9º Distrito - RJ

Av. Nilo Peçanha, Nº 50 - Grupo 709, 713 Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20044-900
Walter Rubens Hildebrand
Tel.: (21) 2215-6379; 2215-6376
Fax: (21) 2215-6377; 2295-4896
E-mail: dnpm-rj@dnpm.gov.br

10º Distrito - CE

Rua Dr. José Lourenço, 905 Meireles.
Fortaleza - CE - CEP 60115-280
Adv. Maria Betania Pereira Pinheiro
Tel.: (85) 3224-5501; 3224-5998
Fax: (85) 3224-5998
E-mail: dnpm-ce@dnpm.gov.br

11º Distrito - SC

Rua Álvaro Millen da Silveira, 151 Centro.
Florianópolis - SC - CEP 88020-180
Eng. Civil Ariel Arno Pizzolatti
Tel.: (48) 216-2300; 216-2302; 216-2301
Fax: (48) 216-2334
E-mail: dnpm-sc@dnpm.gov.br

12º Distrito - MT

Rua da Fé, 177 - Jardim Primavera.
Cuiabá - MT - CEP 78030-090
Geól. Jocy Gonçalo de Miranda
Tel.: (65) 3637-4498; (PABX) 3637-5008; 3637-1205/1075/4062/1630
Fax: (65) 3637-3714
E-mail: dnpm-mt@dnpm.gov.br

13º Distrito - PR

Rua Desembargador Otávio do Amaral, 279 Bigorriho
Curitiba - PR - CEP 80730-400
Dr. Fernando Antonio Guimaraes Martins
Tel.: (41) 3335-2805; PABX: (41) 3335-3970
Fax: (41) 3335-9109
E-mail: dnpm-pr@dnpm.gov.br

14º Distrito - RN

Rua Tomaz Pereira, 215 - Lagoa Nova
Natal - RN - CEP 59056-210
Dr. Carlos magno Bezerra Cortez
Tel.: (84) 3206-6979; 3206-6706
Fax: (84) 3206-6084
E-mail: dnpmrn@dnpm.gov.br

15º Distrito - PB

Rua Joao Leôncio, 118 Centro.
Campina Grande - PB - CEP 58102-373
Adv. Alex Antônio de Azevedo Cruz
Tel.: (83) 3321-7230; 3322-2061; 3321-8148
Fax: (83) 3321-8148
E-mail: dnpm-pb@dnpm.gov.br

16º Distrito - AP

Rua General Rondon, 577 - Bairro Laguinho
Macapá - AP - CEP 68908-080
Dr. João Batista De Azevedo Picanço Neto
Tel.: (96) 3223-0570; 3223-0569; 3223-9628
Fax: (96) 3223-0569; 3223-0570
E-mail: dnpm-ap@dnpm.gov.br

17º Distrito - TO

Quadra 103 Norte - Av. L04 - Lote 92 Centro
Palmas - TO - CEP 77013-080
Geól. José Venes Batista Teixeira
Tel.: (63) 3215-4063; 3215-3802; 3215-5051
Fax: (63) 3215-2664
E-mail: dnpm-to@dnpm.gov.br

18º Distrito - SE

Rua Prof. José de Lima Peixoto, 98/A - Distrito Industrial
Aracaju - SE - CEP 49040-510
Geól. Luiz Alberto Melo de Oliveira
Tel.: (79) 3231-3011; 3217-1641
Fax: (79) 3217-2738
E-mail: dnpm-se@dnpm.gov.br

19º Distrito - RO

Av. Lauro Sodré, 2.661 Tanques
Porto Velho - RO - CEP 78904-300
Geól. Deolindo de Carvalho Neto
Tel.: (69) 3229-4480; 3229-4380; 3223-3467; 3223-3466
Fax: (69) 3223-1850
E-mail: dnpm-ro@dnpm.gov.br

20º Distrito - ES

Rua Luiz Gonzales Alvarado, nº 3, Enseada do Suá
Vitória - ES - CEP 29050-380
Eng. Adauto Ricardo Ribeiro
Tel.: (27) 3325-3208; 3325-0396; 3345-5527; 3225-0048; 3345-5531;
Fax: (27) 3325-3208; 3225-0396; 3345-5538;
E-mail: dnpm-es@dnpm.gov.br

21º Distrito - PI

Avenida Odilon Araújo, 1500, Piçarra.
Teresina - PI - CEP 64017-280
Dr. Eliseu Emídio Neves Cavalcante (Substituto)
Tel.: (86) 3222-4215; 3221-9822; 3221-9123
Fax: (86) 3221-9293
E-mail: dnpm-pi@dnpm.gov.br

22º Distrito - MA

Avenida Silva Maia, 131 - Praça Deodoro Centro.
São Luís - MA - CEP 65020-570
Geól. Afonso Ernani Araes Brauna
Tel.: (98) 3232-5865; 3231-5613
Fax: (98) 3222-6055
E-mail: dnpm-ma@dnpm.gov.br

23º Distrito - MS

Rua Gal. Odorico Quadros, 123 - Jardim dos Estados
Campo Grande - MS - CEP 79020-260
Eng. Agrimensor Valdez Steinnie de Carvalho
Tel.: (67) 324-2382; 382-4911
Fax: (67) 382-4911
E-mail: dnpm-ms@dnpm.gov.br

24º Distrito - RR

Rua Dr. Arnaldo Brandão, 1195 - São Francisco.
Boa Vista - RR - CEP 69312-090
Geól. Cléa Maria de Almeida Dore
Tel.: (95) 623-2056; 623-0765
Fax: (95) 623-2056; 623-0265
E-mail: dnpm-rr@dnpm.gov.br

25º Distrito - AL

Rua do Comércio, 25 - 5º Andar - Ed. Palmares Centro.
Maceió - AL - CEP 57020-904
Eng. de Minas José Antônio Alves dos Santos
Tel.: (82) 3326-6180; 3326-0145; 3336-2992
Fax: (82) 3336-1566
E-mail: dnpm-al@dnpm.gov.br

